

CAPITAL SOCIAL E MORTALIDADE JUVENIL:

*uma análise comparada do impacto dos homicídios em duas
comunidades do Grande Recife*

Mário Ferreira da Silva Mélo

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Mestrado em Geografia

*Capital social e mortalidade juvenil:
uma análise comparada do impacto dos homicídios em duas comunidades do
Grande Recife*

Recife, 2009

Mário Ferreira da Silva Mélo

*Capital social e mortalidade juvenil:
uma análise comparada do impacto dos homicídios em duas comunidades do
Grande Recife*

Mário Ferreira da Silva Mélo

*Capital social e mortalidade juvenil:
uma análise comparada do impacto dos homicídios em duas comunidades do
Grande Recife*

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador:

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel

Recife, 2009

Mélo, Mário Ferreira da Silva

Capital social e mortalidade juvenil : uma análise comparada do impacto dos homicídios em duas comunidades do Grande Recife / Mário Ferreira da Silva Mélo. – Recife: O Autor, 2009.

79 folhas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2009.

Inclui: bibliografia e apêndice.

1. Geografia. 2. Capital social. 3. Violência urbana. 4. Jovens e violência. I. Título.

911

CDU (2. ed.)

UFPE

910

CDD (22. ed.)

BCFCH2010/65

Mário Ferreira da Silva Mélo

*Capital social e mortalidade juvenil:
uma análise comparada do impacto dos homicídios em duas comunidades do
Grande Recife*

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Aprovado em 28/08/2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel – UFPE

Prof. Dr. Alcindo José de Sá – UFPE

Profa. Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida – UFRPE

“Vivemos numa sociedade que parece ter feito da violência um sistema de relações”.

(O caderno – José Saramago)

AGRADECIMENTOS

Seria injusto não contemplar em primeiro lugar, o meu agradecimento a minha esposa, Julliana de Melo. Pelos mais de dois anos de paciência, compreensão e encorajamento.

Em especial a minha mãe, Sra. Elaine Maria, que lutou para conter a saudade e entender a ausência do filho, inclusive em seu aniversário passado.

Não seria possível esquecer também dos amigos que compreenderam a minha ausência e procuraram me manter longe dos agradáveis momentos boêmios.

Ao amigo e parceiro na ciência geográfica, Rogério Bazílio, primeiramente pelo incentivo e, sobretudo, pelo apoio nas elaborações e correções de provas, além de me substituir em algumas aulas.

Aos colaboradores das áreas estudadas que me auxiliaram numa das etapas fundamentais da pesquisa, a aplicação dos questionários.

Ao professor, orientador e amigo, Caio Maciel. Pelas valiosas considerações e contribuições.

E por último, e não menos importante, ao meu pai, Mário Ferreira de Mélo (*in memorian*) por todos os inestimáveis ensinamentos de vida. Obrigado meu pai.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Introdução | 1 |
| Capítulo 1 – Um olhar sobre o capital social | 6 |
| 1.1- Conceitos e definições | 6 |
| 1.2 - A universalidade do capital social..... | 12 |
| 1.3 - A influência da globalização na produção do capital social brasileiro..... | 15 |
| 1.4 - É possível criar e incrementar o capital social no Brasil diante de um quadro socioeconômico tão adverso?..... | 16 |
| Capítulo 2 – Panorama da violência em Pernambuco | 19 |
| 2.1 – Bogotá e Recife: realidades semelhantes, atitudes distintas..... | 19 |
| 2.2 – O descrédito na Polícia: sintoma do baixo capital social?..... | 23 |
| 2.3 – O impacto da violência na sociedade Pernambucana..... | 24 |
| Capítulo 3 – Jovens das áreas pobres urbanas: as principais vítimas | 26 |
| 3.1 – O “rejuvenescimento” da violência..... | 27 |
| 3.2 – O empreendimento do crime e a sedução do tráfico para os jovens da periferia..... | 28 |
| 3.3 – Fatores de vulnerabilidade das vítimas | 29 |
| Capítulo 4 – Caracterização das áreas de estudo..... | 32 |
| 4.1 – Dados demográficos e sócio-econômicos das localidades pesquisadas..... | 33 |
| 4.1.1 – Bairro de Coqueiral..... | 33 |
| 4.1.2 – Ilha de Santana..... | 37 |
| Capítulo 5 – Metodologia e análise dos estudos de caso..... | 41 |
| 5.1 – A construção do questionário..... | 41 |
| 5.2 – O planejamento amostral..... | 42 |
| 5.3 – Análise Descritiva..... | 43 |
| 5.3.1 – Dados demográficos e sócio-econômicos..... | 43 |
| 5.3.2 – Dados sobre capital social..... | 48 |
| Capítulo 6 – Conclusões..... | 61 |
| REFERÊNCIAS | 65 |
| APÊNDICE | 70 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Taxa de Homicídios de jovens de 15 a 29 anos – ES, PE, RJ, SP..... | 27 |
| Gráfico 2 – Escolaridade das vítimas no Brasil, 2002..... | 31 |
| Gráfico 3 - Percentual analfabetismo de adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos no bairro de Coqueiral..... | 37 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|----|
| Mapa 1 - Taxa Média de Homicídios. População Total, 2006..... | 22 |
| Mapa 2 - Localização do bairro do Coqueiral na cidade do Recife..... | 34 |
| Mapa 3 - Localização do bairro do Coqueiral..... | 35 |
| Mapa 4 - Localização do bairro de Jardim Atlântico e Ilha de Santana na cidade do Olinda.. | 38 |
| Mapa 5 - Localização da Ilha de Santana..... | 39 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Risco relativo masculino de morte por armas de fogo segundo grupos etários e incremento (Brasil, 1991-2000)..... | 30 |
| Tabela 2 - População total de adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos..... | 36 |
| Tabela 3 - Distribuição da amostra por faixa etária..... | 42 |
| Tabela 4 - Distribuição da amostra por gênero e faixa etária..... | 43 |
| Tabela 5 - Tempo de Moradia por Comunidade..... | 45 |
| Tabela 6 - Tipo de Moradia por Comunidade..... | 46 |
| Tabela 7 - Estado Civil por Comunidade..... | 47 |
| Tabela 8 - A Presença de Filhos por Comunidade..... | 47 |
| Tabela 9 - Você confia nas pessoas que moram na vizinhança?..... | 50 |
| Tabela 10 - Como você se sente ao caminhar pelas ruas do seu bairro à noite?..... | 49 |
| Tabela 11 - Você emprestaria dinheiro para algum vizinho?..... | 49 |
| Tabela 12 - Se a água do seu vizinho acabar, você deixaria ele tomar banho no seu banheiro?..... | 50 |
| Tabela 13 - Você costuma conversar com seus vizinhos?..... | 50 |
| Tabela 14 - Como são as relações entre os vizinhos de seu bairro?..... | 51 |

| | |
|---|----|
| Tabela 15 - Você participa de alguma organização ou clube local, como por exemplo associação de moradores, igreja, time de futebol, etc.? | 52 |
| Tabela 16 - Você costuma participar das reuniões da associação comunitária de seu bairro/comunidade? | 52 |
| Tabela 17 - Nos últimos três anos você participou de algum projeto social no seu bairro/comunidade? | 53 |
| Tabela 18 - Nos últimos três anos você participou de algum projeto social no seu bairro/comunidade? | 54 |
| Tabela 19 - Se você presenciar um crime acontecendo na sua vizinhança você chama a polícia? | 54 |
| Tabela 20 - Alguma vez você já ligou para a polícia para denunciar algum crime? | 55 |
| Tabela 21 - Os crimes que aconteceram em seu bairro foram cometidos por pessoas da sua própria vizinhança? | 56 |
| Tabela 22 - Algum parente ou vizinho já morreu vítima de violência no seu bairro/comunidade? | 57 |
| Tabela 23 - Você paga por algum serviço terceirizado para garantir a segurança no seu bairro? | 57 |
| Tabela 24 - Para você, qual é a principal causa da violência em seu bairro? | 58 |

RESUMO

Nos últimos anos, o tema capital social tem sido tratado como uma nova forma de reflexão sobre a dinâmica e a organização das sociedades. Dentre os principais pensadores sobre o assunto destacamos Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam e Sérgio Boisier, este último, enfatizando a sinergia do capital social, um dos focos de abordagem deste trabalho. O capital social em sua forma cívica atua como uma ferramenta em que à medida que se reproduz, também potencializa as chances de desenvolvimento e regeneração do tecido social. Trata-se de uma articulação entre os atores que propiciam combater o individualismo e a perda do senso de pertencimento que provoca a erosão das bases de convivência coletiva, desencadeando uma desarticulação e a degradação social. Um dos principais indicadores do desequilíbrio nos estoques de capital social reflete-se, sobretudo, na expansão da violência nos grandes centros urbanos, tanto do mundo subdesenvolvido como nos países ditos “emergentes”. Tal disseminação da violência atinge a população jovem, especialmente entre 15 e 24 anos, de maneira brutal, tornando-a líder no *ranking* de mortalidade dentre as faixas etárias. Portanto, o objetivo deste trabalho foi tentar estabelecer uma relação entre os níveis de capital social e a mortalidade juvenil, tendo como pontos de partidas o bairro de Coqueiral, no município do Recife, e a Ilha de Santana, localizada no município de Olinda, no Grande Recife.

Palavras-chaves: capital social, violência urbana, violência juvenil, Grande Recife.

ABSTRACT

In recent years, the issue share capital has been treated as a new way of thinking about the dynamics and organization of societies. Among the main thinkers on the subject highlight Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam and Sergio BOISIER, the latter, emphasizing the synergy of the capital, a focus of the approach will work. The capital in its form civic acts as a tool in that as you play, also enhances the chances of development and regeneration of the social fabric. This is a link between the actors who provide combat individualism and loss of sense of belonging that erodes the foundations of living together, unleashing a dislocation and social degradation. One of the main indicators of imbalances in stocks of social capital is reflected mainly in the expansion of violence in large urban centers, much of the underdeveloped world in countries such as so-called emerging. This spread of violence affects the young population, especially between 15 and 24 years of brutal way, making it the leader in the ranking of mortality among all age groups. Therefore, the objective was to try to establish a relationship between levels of social capital and juvenile mortality, taking as its starting point Coqueiral neighborhood in the city of Recife, and Ilha de Santana, in the municipality of Olinda, in the Great Recife .

Keywords: social capital, urban violence, youth violence, Greater Recife.

INTRODUÇÃO

Discutir a violência é tratar de uma temática tão antiga que se confunde com a história da própria humanidade. Quantos fatos e ocorrências históricas foram decididos e estiveram relacionados a atos violentos? Quantos impérios nasceram e sucumbiram? Quantos inocentes pagaram por atos de grandes ditadores? Eis que a violência se revela de tantas formas e com tantos níveis de gravidade e sofisticação quanto a combinação das imagens de um caleidoscópio, incluindo-se nesse bojo, o próprio uso da força pelo Estado, sendo esta a mais legítima em termos políticos.

Nos últimos 25 anos a mortalidade no Brasil vem expressando números de verdadeiras guerras. Para se ter uma ideia desse universo, no período mencionado ocorreram 794 mil assassinatos e um crescimento médio anual de 5,6% no número de homicídios, colocando o país no *ranking* dos mais violentos do planeta, com uma taxa de 28 homicídios por 100 mil habitantes. O impacto dessa mortalidade recai drasticamente sobre a população de jovens e adultos componentes de uma faixa etária entre 15 e 24 anos. Essa explosão súbita de atentados contra a vida vislumbra um cenário de tragédia anunciada, cujos incidentes se desenvolvem com regularidade espacial e temporal, impulsionados por fatores interdependentes de ordem estrutural e local, alimentando a criminalidade.

Segundo as perspectivas dos recentes dados do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), divulgados em julho de 2009, mais de 33 mil jovens perderão a vida no espaço temporal entre 2006 e 2012.

Como nos lembra Batitucci e Cruz *in* Carvalho, Cerqueira e Lobão (2007:141), a criminalidade urbana no Brasil está associada às expressivas transformações demográficas e sociais ocorridas nos últimos anos, que atuaram como um canal de propagação e alimentação desse processo. Além do próprio estado de falência do sistema judiciário criminal que contribui para o espraiamento da sensação real de impunidade.

Ainda de acordo com Batitucci e Cruz *op. cit.* p. 142

“ Esses condicionantes estruturais permitiram que se estabelecessem as condições ambientais ideais para o crescimento do crime desorganizado e organizado: espaços urbanos altamente complexos; grande contingente de jovens sem supervisão e orientação incluídos (pela mídia de massas) na cultura do consumo, mas excluídos dos meios econômicos para sua realização; grande difusão e descontrole de elementos altamente criminogênicos, como armas, drogas e bebidas alcoólicas; e a perspectiva de impunidade, ditada pela falência do sistema de justiça criminal.”

A busca pela compreensão e por maneiras de coibir o desenvolvimento da violência letal vem ocupando um papel cada vez mais importante nos centros de pensamento e planejamento social, sobretudo no atual contexto de uma sociedade contemporânea e globalizada. As escalas perpassam cenários diversos, sejam guetos de marginalizados em grandes cidades da América Latina, Ásia e África, lutas tribais entre grupos rivais, separatismos de ordem político-religiosa, o terrorismo, intervenções territoriais com finalidades econômicas, o assédio moral no local de trabalho ou mesmo as escoriações, fraturas e humilhações provocadas pela violência doméstica.

Por volta da década de 1990, os conceitos sobre o capital social, entendido como um conjunto de atitudes tangíveis que se expressam de maneira individual ou coletiva por meio de laços sociais, espírito comunitário, normas sociais, dentre outros, trouxeram à tona novas reflexões sobre as formas de articulação e organização das sociedades. O resgate de situações que demonstraram a capacidade de recuperação da auto-estima de comunidades, desamparadas e desprovidas de serviços e infra-estruturas essenciais, através do fortalecimento do associativismo e dos laços de confiança na esfera pública e entre os próprios indivíduos, possibilitou enxergar novas estratégias de intervenções no combate aos mais diversos problemas sociais, como a violência urbana, além de reabilitar gradativamente o tecido social outrora em estado de degradação.

Tendo em vista estas preocupações, nosso objetivo é perceber se há alguma correlação entre o capital social e as taxas de criminalidade considerando, sobretudo, os condicionantes socioeconômicos e a infra-estrutura urbana das áreas pesquisadas além de ventilar suposições de um possível padrão de causas e efeitos entre esses temas.

Para viabilizar a execução da pesquisa, utilizamos a aplicação de questionários nas áreas elencadas. Esse método de coleta de dados teve como parâmetro a experiência de outros autores em trabalhos anteriores, bem como em modelos baseados no Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI – MCS) do Banco Mundial. A pesquisa teve como foco principal a população juvenil inserida entre as faixas etárias de 15 a 24 anos, divididas da seguinte maneira: de 15 a 17 anos, de 18 a 22 anos e de 23 a 24 anos. Os perfis etários mencionados foram distribuídos também por gênero. Ao todo, foram aplicados 200 questionários, 120 no bairro de Coqueiral, Recife e 80 na Ilha de Santana, localizada no bairro de Jardim Atlântico, Olinda. Esse quantitativo compreende pouco mais de 1% da população absoluta de cada uma das localidades.

Sendo assim, podemos selecionar alguns eixos ordenadores para ancorar e nortear a nossa reflexão a respeito do tema capital social e sua conexão com a violência, em especial a violência urbana.

No primeiro capítulo, realizamos um resgate sobre a origem e os diversos enfoques de pensamento sobre o assunto, destacando-se a visão de Robert Putnam, James Coleman e Pierre Bourdieu pelo fato de abordarem situações experimentais de articulação do capital social em suas reflexões. Bem como, discutiremos o caráter universal do capital social e a influência da globalização na produção desse capital no Brasil. Outro aspecto relevante, será a contribuição de Sérgio Boisier cujo enfoque central remete-se a sinergia do capital social, sendo esta a linha de abordagem pretendida pela pesquisa.

No segundo capítulo, abordaremos sobre o panorama da violência no Estado de Pernambuco destacando aspectos tais como: a dinâmica dos homicídios e o combate à violência urbana em Bogotá, estabelecendo um paralelo com Recife, possibilitando desta maneira um referencial comparativo entre as estratégias e as ações realizadas, considerando, contudo, as distinções espaciais e a abrangência das redes de influência das respectivas cidades; o quadro estatístico, que viabilizará um lastro de informações que corroboram para diagnosticar o aspecto epidêmico da violência instalada na capital pernambucana; as políticas públicas coercitivas aos homicídios, permitindo a observação das iniciativas no âmbito da gestão pública, portanto é imprescindível destacar que o enfoque do trabalho não está na análise crítica dessas medidas, e sim na busca por uma correlação entre capital social e

violência. Além de procurar as possíveis causas para o descrédito da polícia diante da população.

No terceiro capítulo, centralizamos a discussão na suscetibilidade e vulnerabilidade aos homicídios do público alvo da pesquisa, focado nos jovens e adultos, mais especificamente entre as faixas etárias de 15 a 24 anos. Destacando a vulnerabilidade dos jovens de sexo masculino, bem como as características dos espaços urbanos com maiores índices de homicídios. Desta maneira poderemos identificar um perfil das principais vítimas da violência no que concerne ao gênero, cor, condição social dentre outros.

No quarto capítulo, caracterizamos as áreas pesquisadas, sendo elas o bairro de Coqueiral, localizado no município do Recife e a Vila de Santana, comunidade inserida no bairro de Jardim Atlântico, no município de Olinda. Consideramos relevante, aspectos relativos à formação histórica, a estrutura urbana, as condições socioeconômicas, e sobretudo os aspectos relacionados ao envolvimento dos jovens na violência local.

No quinto capítulo destacamos os detalhes da metodologia empregada, em que explicitamos o caminho utilizado para a construção do questionário, o planejamento amostral e a forma de coleta dos dados, sendo esta última de fundamental importância neste perfil de pesquisa e de caráter bastante delicado no que se refere ao tema. Fato este que nos levou a considerar a relação de convívio existente entre o autor da pesquisa e as áreas pesquisadas como fator facilitador para a coleta das informações. É importante destacar também, que para a aplicação dos questionários, foram utilizadas pessoas das próprias comunidades, devidamente orientadas, tendo em vista que com esse procedimento, acreditou-se haver uma maior predisposição para se responder aos questionamentos e credibilidade nas informações coletadas do que se fossem utilizados aplicadores estranhos às localidades. Além do mais é preciso ter em vista que se trata de ambientes que, devido à incidência de eventos relacionados à violência, os moradores naturalmente se mostram desconfiados e avessos a pessoas de fora do contexto local.

Ainda neste capítulo, procuramos destacar alguns aspectos relevantes em nossas análises que nos permitissem perceber alguma associação entre o volume de capital social presente nas comunidades e a sua possível relação com as taxas de criminalidade. Assim, reiteramos que o objetivo central da pesquisa foi o de consolidar o capital social como

instrumento de medida dos potenciais construtivos da sociedade e tentar perceber e delinear caminhos alternativos para a explicação da violência no cenário urbano brasileiro.

CAPÍTULO 1

UM OLHAR SOBRE O CAPITAL SOCIAL

1.1 - Conceitos e definições

O termo capital social passou a ser cunhado por volta de 1916 com Lyda J. Hanifan, que menciona pela primeira vez o conceito no artigo “*The Rural School Community College*”, publicado no *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, nesse mesmo ano. Motivado por sua profissão de supervisor de escolas, em West Virgínia, Estados Unidos, ele destacou a importância da participação comunitária no desempenho escolar. Hanifan, ao observar centros comunitários de escolas rurais, percebeu que a diminuição da sociabilidade e das relações de vizinhança na população local era advinda da elevação do grau de pobreza. Para ele a cooperação e o hábito das pessoas se relacionarem por diversas razões, sejam elas econômicas, sociais, políticas, religiosas ou mesmo de lazer, proporcionariam benefícios a toda a comunidade uma vez que essa teia, esse dito capital social, poderia ser canalizada para o bem-estar de todos.

Segundo Hanifan, o capital social compreendia um conjunto de atitudes tangíveis do cotidiano como a gentileza, o companheirismo, a simpatia e o convívio social entre os indivíduos e as famílias em um determinado núcleo de convívio. O contato entre os vizinhos levaria a uma acumulação de capital social satisfazendo as necessidades sociais potencializando o crescimento das condições de vida de toda a comunidade. É imprescindível ressaltar, no entanto, que, o nosso interesse neste trabalho, recai sobre abordagens mais contemporâneas, como as de Robert Putnam, Bourdieu e Sérgio Boisier, dentre outros.

A partir dos anos 1990 o tema capital social torna-se cada vez mais presente nas universidades, principalmente nos estudos ligados às ciências econômicas, sociais e políticas educacionais, tendo destaque também no ramo da geografia cultural através das reflexões de Paul Claval. Para ele,

“[...] as realidades que refletem a organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais. São a expressão de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de ideias. As relações dos homens com o meio ambiente e com o espaço têm uma dimensão psicológica e sociopsicológica. Nascem das sensações que as pessoas experimentam e das percepções a elas ligadas. Exprimem-se por meio de práticas e habilidades que não são completamente verbalizadas, mas que resultam de uma atividade mental; estruturam-se pelas preferências, conhecimentos e crenças que são o objeto de discursos e de uma reflexão sistêmica.” (CLAVAL, 2001, p.39)

Portanto, observa-se que as práticas cotidianas inseridas em um ambiente marcado pela coletividade, são indispensáveis para o desenvolvimento sinérgico do capital social. Tendo em vista que é no espaço que a troca de crenças, tradições e concepções se expressam e se sobrepõem com as mudanças de contextos históricos.

Robert Putnam e as redes de organizações sociais

Uma das grandes contribuições para os estudos sobre o capital social advém de Robert Putnam. Esse autor entende o capital social como consequência de um processo de longo prazo. Seu enfoque refere-se aos aspectos particulares dos diferentes tipos de organizações e relações sociais, tais como as redes, as normas e a confiança, que permitem a ação e a cooperação para o benefício mútuo em qualquer nível dentro de uma sociedade.

Em 1993, uma de suas principais obras, *Making Democracy Work: civic traditions in modern Italy*, conhecida como MDW, retrata o comportamento do capital social no distinto processo de desenvolvimento entre o Norte e o Sul da Itália. Um dos pontos fundamentais considerados por Putnam refere-se à questão do nível de “integração cívica” de uma comunidade. Esse nível de civismo se manifestaria com base na qualidade da atuação pública dos cidadãos, e por uma estrutura social assentada na confiança e na colaboração entre os atores permitindo relações de tratamento igualitárias.

Essa integração mais ou menos cívica reflete diretamente em sua organização e consequentemente nos estoques de capital social como, confiança, normas, associativismo, cooperativismo e sistemas de participação que tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente, a “inexistência dessas características na comunidade não-cívica também é algo

que tende a auto-reforçar-se”, afirma o autor. E prossegue: “A deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação intensificam-se reciprocamente num miasma sufocante de círculos viciosos” (PUTNAM, 2000a, p. 186-187). Tais situações se reproduzem constantemente nos ambientes urbanos, estando presentes inclusive nas grandes cidades brasileiras. Sendo assim, nem sempre o capital social traz efeitos positivos, haja vista, por exemplo, que associações de grupos terroristas, motivados por interesses próprios, revelam o lado obscuro do capital social. No entanto, reitero que este lado destrutivo do capital social não será o foco deste trabalho.

Contudo, no caso da Itália, os recursos sociais, econômicos e administrativos constituíam a principal diferença entre o Norte e o Sul. Putnam analisa dois pontos fundamentais para se chegar ao conceito de comunidade cívica, são eles o desempenho institucional e a qualidade dos cidadãos. Para o autor o ponto central do problema do desnível regional na Itália não estava na distribuição dos recursos nacionais para as diversas escalas locais, mas em seu quantitativo e forma de gerenciamento. Foi constatado que o desempenho institucional do Norte era melhor que no Sul. Para se chegar a este fato, foram levadas em consideração três dimensões fundamentais, são elas: a continuidade administrativa, as deliberações sobre as políticas e a implementação das políticas:

“Enquanto no Norte predominaram repúblicas comunais, voltadas para mecanismos e arranjos de envolvimento do cidadão, com compromisso público, no Sul prevaleceu uma forte monarquia, criando, assim, ao longo do tempo, uma não-preocupação com questões públicas, ou seja, um sentimento de não-pertencimento, cujo dever cívico foi atrofiado” (BAQUERO & CREMONESE *IN* BORBA & SILVA, 2006, p.114).

Nota-se, desta maneira, que pela ideia de Putnam, o mecanismo de gestão política das sociedades pode contribuir ou não para que se amplie na população a predisposição ao desenvolvimento do capital social.

Pierre Bourdieu e James Coleman: as redes de relações institucionalizadas e o capital social na educação

Outra luz de grande valor sobre o campo do capital social é a de Pierre Bourdieu, que o define como

...um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedade comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU *apud* BAQUERO & CREMONESE, 2006, p. 231)

Para o autor, as redes de intercâmbio social não são produzidas de maneira natural, e sim resultado de ações estratégicas, em consequência de iniciativas conscientes ou não, individuais ou coletivas que servem para reproduzir ou estabelecer as relações sociais. Bourdieu ressalta que os membros de um grupo asseguram um conjunto de recursos atuais ou potenciais de acordo com a permanência e a proximidade de suas redes.

Já no final dos anos 80, juntamente com Putnam e Bourdieu, James Coleman observa o papel do capital social na educação. Para Coleman, o capital social pode ser definido como recursos sociais (crença na estrutura social, relações de amizade e confiança, dentre outros), implicando em efeitos no funcionamento do sistema social. (DIAS JÚNIOR, 2001, p. 17).

Coleman ressalta que o capital social nunca é propriedade particular, pertence às pessoas que participam de uma organização, ativando a estrutura social e a relação entre seus agentes. Tanto que pode facilitar ou prejudicar o contexto de uma estrutura, dependendo dos seus objetivos. Deste modo, um grupo, cujos membros confiem uns nos outros tenderá a obter mais êxito, em comparação a outro grupo em que não existe a confiabilidade e, por conseguinte afetará o processo de cooperação. É importante ressaltar que o capital social aumenta na medida em que é utilizado e diminui pelo desuso.

Sendo assim, Coleman especifica três formas de capital social: a primeira lida com o nível de confiança e a real extensão das obrigações existentes em um ambiente social (o capital social é elevado onde as pessoas confiam umas nas outras e onde essa confiança é exercida pela aceitação mútua de obrigações); a segunda forma diz respeito aos canais de trocas de informações e ideias; e a terceira refere-se às normas e sanções que encorajam os indivíduos a trabalharem pelo bem comum, abandonando interesses próprios e imediatos. Essas três formas de capital social se relacionam entre si e, se houver depreciação todos perdem (COLEMAN *apud* BAQUERO E CREMONESE, 2006 p.232)

Contudo, o capital social, embora não seja tão antigo, já possui uma notável trajetória no campo das Ciências Sociais, sendo também usado como instrumento de avaliação da capacidade e qualidade governamental (BAQUERO & CREMONESE *in* BORBA & SILVA, 2006, p.111). Tornando-se relevante para o planejamento, implementação e gestão de políticas de desenvolvimento e ordenamento espacial, dentre outras.

O Capital Social segundo o Banco Mundial

Além das definições e concepções sobre o capital social mencionadas sob a ótica de Robert Putnam, Pierre Bourdieu e James Coleman, outras três merecem atenção e relevância. São as do Banco Mundial, a do sociólogo John Durston e a de Sérgio Boisier.

Para o Banco Mundial, o capital social constitui-se de instituições, relações, atitudes e valores que promovem a interação entre as pessoas e contribuem para o desenvolvimento econômico e a democracia. No entanto, nem todas as relações institucionalizadas formam capital social, apenas as que contribuem para ampliar a eficiência da sociedade propiciando a coordenação de ações e a coesão social (Banco Mundial, 1997).

De acordo com o Relatório sobre o desenvolvimento Mundial 2000-2001, o Banco Mundial considera o capital social subdividido em três dimensões, são elas: a relação entre indivíduos de uma mesma família, vizinhos e amigos, caracterizado por laços íntimos e intensos, denominada de *Bonding Social Capital*; a união entre pessoas de diferentes origens étnicas ou profissionais, porém com poderes políticos e status econômicos equivalentes, demonstrando uma esfera de relacionamentos entre indivíduos menos próximos do que no caso anterior, classificada de *Bridging Social Capital*; e, finalmente, o *Linking Social Capital*, entendido como a relação entre pessoas de classes sócio-econômicas distintas como entre pobres e as que detêm posições influentes em organizações formais, isso significa dizer, que neste último, encontramos o maior grau de heterogeneidade nas relações entre as partes.

John Durston e o capital social individual e comunitário

De acordo com Durston (2000), o capital social refere-se às normas, instituições e organizações que promovem a confiança, a cooperação e o apoio recíproco contribuindo para

reduzir custos de transação, produzir bens públicos e facilitar a constituição de organizações de gestão de base efetivas, de atores sociais e de sociedades civis saudáveis.

O autor enfoca duas formas de capital social: o *capital social individual* e o *capital social comunitário*. O capital social individual constitui-se mediante a relação estabelecida entre duas pessoas, relações dualistas em redes egocentradas. Por outro lado, o capital social comunitário insere-se no âmbito de estruturas tanto individuais ou grupais como também no próprio sistema sociocultural de cada comunidade, capilarizando-se em suas organizações normativas e de gestão (Durston, 2003). O capital social comunitário constitui-se em importante aliado para os serviços públicos, pois fortalece a participação comunitário-associativa, aproximando as comunidades da gestão pública.

O capital social compõe-se de “relações Sociais institucionalizadas”, ou seja, daquelas relações que apresentam “acúmulo de práticas sociais e culturalmente incorporadas na história das relações” da sociedade ou de seus segmentos (MORAES, 2003, p. 126-127). Por conseguinte, a existência de instituições já revela em si o acúmulo de um conjunto de capital social. A própria estrutura institucional da mesma forma que compõe também participa na construção desse capital.

O Capital Sinérgico de Boisier

O capital social caracteriza-se sobretudo como um sistema que depende da sinergia entre vários atores que o compõem. Sendo admitido como um Capital Sinérgico. Para Boisier (1999) o capital sinérgico assume um caráter muito mais abrangente do que o proposto pela ideia de Coleman. Conceber o conceito de capital social sinérgico implica admitir que o desenvolvimento possui uma face intangível, teórica e valorativa. (BAQUERO & CREMONESE *in* DALLABRIDA , 2006, p. 163). Desta maneira, para Dallabrida, Boisier admite a natureza intangível dos fatores causadores do desenvolvimento denominada por Boisier (1999) de **capitais intangíveis**, tais como: o capital cognitivo, cultural, simbólico, social, cívico, institucional, psicossocial, humano e midiático.

Dentre as definições de capital sinérgico defendida por Boisier destacamos o seguinte:

(...) a capacidade, real ou latente, de toda a comunidade, para articular de forma democrática as formas de capital intangível que se encontram na comunidade, dando-lhes uma direcionalidade consensuada. Isto resulta num desenvolvimento endógeno como uma propriedade emergente de um sistema territorial altamente sinergizado. Um projeto político de desenvolvimento regional é a fórmula para fazer operar o capital sinérgico, ao dar densidade e direcionalidade à articulação de capitais intangíveis (2001, p. 37). Grifo nosso.

Para tal, entender-se-ia o capital sinérgico como a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente de viabilizar ações dirigidas a fins coletivos e promover o desenvolvimento mediante consensos definidos democraticamente. A reprodução e a ampliação desse capital podem ser realizadas através de fluxos de energia ou estímulos externos promovidos pelos diversos atores envolvidos no processo. Ao atingir uma dimensão territorial, o capital sinérgico insere-se em um padrão de reflexão de ordem geográfica.

1.2 – A universalidade do capital social

A teoria do capital social fundamenta-se no pressuposto de que tanto no sentido socioeconômico, quanto político, a predisposição de cooperar voluntariamente seja condição para atingir objetivos comuns. Tal cooperação viabiliza-se, sobretudo pela confiança interpessoal, pela reciprocidade entre os cidadãos e pela predisposição dos indivíduos em se envolver em atividades coletivas. Trata-se de predisposições atitudinais por parte dos cidadãos para se envolverem em ações que promoverão o bem coletivo, no entanto é necessário que haja estímulo para que a ação coletiva se reverta em qualidade de vida para uma comunidade.

A obtenção da cooperação espontânea para a produção de bens coletivos é um dilema teórico recorrente da ação coletiva. Haja vista que o capital social também pode ser utilizado pelas redes de organizações sociais para fins extremistas, colocando em risco a sociedade civil como nos lembra Putnam no caso da rede de amigos que auxiliou Timothy McVeigh na ação terrorista em abril de 1995, na cidade Oklahoma, nos Estados Unidos. No entanto, é possível destacar alguns aspectos da universalidade do capital social em atividades já em evidência em várias localidades. Permeando vários *locus* espaciais.

Nos últimos anos, os trabalhos embasados com o conceito de capital social vêm se mostrando de grande relevância, dada a sua praticidade em medir vários indicadores, como o desempenho institucional, sem necessariamente enfatizar a questão econômica e outros vetores socioeconômicos. Permite uma análise mais acurada de eventos focados mais diretamente no material humano que compõe a sociedade, seja no campo do capital social individual ou mesmo do comunitário. A interação entre os agentes sociais é pré-requisito para a criação de confiança generalizada e reciprocidade, viabilizando o corporativismo e adensando a coesão da sociedade. (PUTNAM, 2000).

Existem inúmeros exemplos em que o capital social tem sido impulsionado pelo desejo de promover uma melhor qualidade de vida da comunidade. Podemos citar alguns casos como a construção da Villa El Salvador, no Peru, em que foi desenvolvido um trabalho comunitário por um grupo de promotoras de saúde, e que proporcionou, dentre outros resultados, a inserção delas até sua atual posição social como líderes comunitárias capazes de oferecer seus serviços a outros setores públicos e privados a partir de sua experiência; as feiras de alimentação popular na Venezuela, em que famílias inscritas tem garantido duas refeições gratuitas por dia, que são elaboradas em casas populares de moradores locais na área de Petare, uma das maiores favelas do mundo, com cerca de 1 milhão de habitantes; além da instituição do Orçamento Participativo em centenas de municípios da América Latina (KLILSBURG, 2000). Uma das experiências mais notáveis foi a criação do Banco Grameen, em Bangladesh, que se tornou o primeiro banco do mundo especializado em microcrédito, visando erradicar a pobreza no mundo (YUNUS, 2000). Situação também vivenciada no Brasil, mais especificamente no Estado do Ceará com a criação do Banco Palmas para fornecimento de microcrédito. Ainda é possível destacar no caso brasileiro a experiência de constituição de capital social em escolas de samba no Rio de Janeiro, tendo como pressuposto dessa expressão cultural a participação intensiva das comunidades locais na construção das agremiações. (COSTA, 2003).

Contribuindo para essa abordagem, Coleman também demonstra como o capital social se manifesta nas relações sociais destacando algumas situações. O primeiro exemplo trazido pelo supracitado autor refere-se ao comércio de diamantes; a negociação neste tipo de mercado é bastante restrita, exigindo um alto grau de confiabilidade entre os envolvidos. Nessas relações alguns tipos de associações são bastante valorizados como as familiares, comunitárias ou religiosas.

O segundo exemplo destacado por Coleman se refere à atuação dos estudantes sul-coreanos nas manifestações contra as ações do seu governo. Nesse caso, os estudantes são, em sua grande maioria, pertencentes ao mesmo círculo de relações, como à mesma escola, ao mesmo bairro ou à mesma igreja. Esse tipo de associação fomentou a criação de espaços de estudo e engajamento onde eram organizados os protestos.

O terceiro e último exemplo de Coleman ocorre nos mercados populares da cidade do Cairo, Egito. Esse tipo de atividade é caracterizado pela presença dos laços familiares, que atuam indicando outros estabelecimentos caso não tenha a mercadoria procurada ou quaisquer outros motivos. Enfim, a grande motivação centra-se em proporcionar uma forte estrutura social capaz de consolidar os elos familiares auxiliando seus membros em momentos difíceis da vida.

E por último, podemos citar também, em um âmbito espacial, mais local, as associações rotativas de crédito, conhecidas como “pirâmides de crédito”, muito comuns entre moradores de uma mesma rua em vários bairros do Recife. Trata-se de uma situação que enfatiza a obtenção da cooperação espontânea para a produção de bens coletivos e necessita de um alto grau de confiabilidade entre os membros para se obter o resultado esperado deste tipo de estratégia. Através destes exemplos observamos como o capital social age na sociedade, de maneira nem sempre atrelada à esfera econômica, embora ela seja imprescindível para a maioria dos casos.

Além dos casos exemplificados acima, em que o capital social se mostra não apenas como uma corrente de reflexão sobre a composição e dinâmica da sociedade, mas também como uma ferramenta que se concretiza mediante essas experiências. Outro ponto de vista passa a ganhar importância nos últimos anos, a relação do capital social com a violência urbana, sendo este o foco central desta pesquisa. No entanto, faz-se necessário, uma reflexão a respeito da influência da globalização na produção do capital social, sobretudo no Brasil, tendo em vista que esse processo global, econômico, social e cultural age intimamente sobre a ampliação do abismo entre as classes ricas e pobres do país, potencializando nos guetos de pobreza, a manifestação epidêmica dos níveis de violência.

1.3 – A influência da Globalização na produção do capital social brasileiro

A globalização vem alterando significativamente as relações sociais tanto na esfera nacional, quanto na internacional. Um dos aspectos a serem considerados diz respeito ao impacto desse processo nas estruturas internas de cada país, influenciando numa maior ou menor vulnerabilidade às leis do mercado e, por conseguinte, alterando a postura dos governos diante das políticas internacionais.

Um outro aspecto bastante relevante refere-se ao declínio do capital social, num momento em que, paradoxalmente, é exigida a valorização da sociedade e do cidadão (BAQUERO & CREMONESE *in* BAQUERO, 2006, p. 44).

No caso do Brasil esse dilema se apresenta de maneira evidente. Se por um lado o país segue apresentando índices moderados de crescimento econômico e aumento da produtividade industrial, por outro, no campo social, as condições se agravam com o aprofundamento das diferenças sociais e a deficiência de serviços públicos que não condiz com o patamar econômico nacional. Um dos impactos diretos desse contexto pode ser visto no sentimento de descrença e conformismo da população diante da política. A recorrência de escândalos políticos recaindo sobre a usurpação do erário público licenciada pela impunidade e pela parcialidade da lei, contribui com o aumento da violência praticada tanto por agentes públicos como privados reforçando o distanciamento entre as pessoas e a política.

A influência do processo de globalização, no desenvolvimento político de países como o Brasil, tem contribuído para a constituição de uma cultura política fragmentada e desarticulada e conseqüentemente com escasso capital social do tipo cívico, tendo em vista que somos recordistas no lado obscuro do capital social, explicitado inclusive pelo enraizamento das cadeias de narcotráfico no país.

No Brasil, os altos índices de blindagem política, virtualmente imunes às pressões da sociedade civil, condicionada, sobretudo por fatores externos, produz uma exclusão de grande parcela da população dos benefícios do mercado. Levando a uma perigosa instabilidade política, insalubre para o fortalecimento da democracia.

Como destaque é importante ressaltar que de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2008, embora o percentual de indigentes e pobres tenha diminuído no Brasil, entre 2003 e 2008 os números estimados ainda assustam, tendo em vista que o número de ricos aumentou. Segundo o IPEA a população indigente passou de 13,7% para 6,6% e a taxa de pobres de 35% para 24,1%, totalizando respectivamente 3,12 e 11,35 milhões de habitantes. Enquanto no mesmo período os ricos passaram de 363,26 mil a 476,59 mil.

Conjuga-se a esse contexto o aumento significativo da insegurança da população e o descrédito nas instituições responsáveis pela proteção coletiva. Como nos elucidava Sá (2005),

... a elite voadora forja uma geografia em que paralelamente a privatização do interno, seu lugar de estada, seja a casa, o hotel, ou a chácara, também privatiza o externo como base material, como fonte de acúmulo de dinheiro e poder, nas geografias dos shoppings, parques temáticos, hotéis, sistemas comunicacionais, hidroelétricas, sistemas de engenharia de toda ordem, enfim, apossa-se de toda fonte territorial de renda. O que fica fora desses pontos, e corredores a ligarem esses pontos, é concebido como território vazio, território sem sentido, territórios estiolados.

No entanto, conclui-se que, a profunda inserção do Brasil no processo de globalização, mediante a gestão econômica do Estado em sua fase neoliberal, buscando assim um enquadramento às pressões externas, produziu lacunas na integração da sociedade civil cuja deficiência no ajuste às novas demandas sócio-econômicas, implicou numa perda evidente de capital social. Tornando-se necessário uma revisão e reavaliação das políticas públicas proporcionando a retomada do sentimento de pertencimento civil da sociedade.

1.4 – É possível criar e incrementar o capital social no Brasil diante de um quadro socioeconômico tão adverso?

Tendo em vista a universalidade do capital social enfatizada anteriormente, logo se presume também a sua capacidade de se metamorfosear as diversas realidades contextuais e espaciais. O dilema brasileiro de sincronizar desenvolvimento econômico e social não é atípico nem tampouco exclusivo. Contudo abre espaço para reflexões sobre a possibilidade de criar e incrementar o capital social no Brasil.

É oportuno enfatizar, por exemplo, que o conceito de capital social foi introduzido recentemente nas discussões acadêmicas, porém a sua aceitação pelo meio científico permitiu o seu amadurecimento precoce.

No Brasil o debate sobre o tema circula em torno de três grandes grupos: o primeiro utiliza o conceito de capital social para examinar os processos de democratização, enfatizando autores como Marcello Baquero (2001, 2002, 2003, 2004a e 2004b) e Lúcio Rennó (2001); o segundo eixo analisa o capital social relacionado ao exame das políticas públicas e/ou desempenho governamental, destacando as contribuições de Boschi(1999) e Borba (2003); e o terceiro eixo destina-se a investigar a validade dos pressupostos presentes na teoria do capital social, ressaltando autores como Reis (2003) e novamente Rennó (2000 e 2001).

O conceito nos insere em um campo caracterizado pela heterogeneidade, a despeito de sua universalidade, tendo em vista que o mesmo congrega valores tanto individuais como coletivos. Assim o capital social se apresenta sobre várias designações mais usuais como: “energia social”, “espírito comunitário”, “laços sociais”, “virtude cívica” e “confiança”, além de “redes associativas”, “relações horizontais”, “vida comunitária”, “normas sociais”, “redes informais e formais” (*bonding, bridging, linking*), “reciprocidade”, “bem comum”, “proatividade”, entre outras. (BAQUERO & CREMONESE *in* CREMONESE, 2006, p.89).

Dentre os atores da sociedade civil integrantes desse delta de oportunidades podemos destacar,

as organizações não-governamentais, os movimentos sociais, as associações de moradores, grupos de base e de mútua ajuda, associações filantrópicas, sindicatos, entidades estudantis e todas aquelas formas de associativismo (mesmo informais e esporádicas) que, de alguma forma, lutam pela resolução de problemas sociais, ampliação dos direitos políticos e da consciência da cidadania e, ainda, mudanças na esfera dos valores e do comportamento dos indivíduos. Essas associações reúnem homens e mulheres interessados em assumir sua dimensão de cidadãos de uma forma ativa, objetivando agir na sociedade em busca de transformações. (BAQUERO & CREMONESE *in* BORBA & SILVA, 2006, p.111).

Um dos maiores desafios de se desenvolver o capital social, com base nas reflexões de Robert Putnam, é a criação de uma comunidade cívica. O referido autor enfatiza que a

comunidade cívica leva ao aprimoramento do desempenho das instituições, públicas ou privadas e conseqüentemente ao êxito democrático.

De acordo com o autor uma comunidade cívica surge quando as instituições desenvolvem nos indivíduos a consciência de que o bem público também é um bem individual. Cabendo à sociedade papel fundamental na interlocução para a conservação, o aprimoramento e a difusão dessa concepção. Ressaltando que a empresa pública não estaria à disposição da defesa de interesses pessoais e sim das necessidades coletivas. Ao discutir sobre essa temática, Putnam utiliza como tablado a diferença de desenvolvimento entre o Norte e o Sul da Itália, como mencionado no início deste capítulo.

Distante da pretensão de trazer a tona neste trabalho uma discussão mais aprofundada sobre este tema um questionamento, porém nos parece oportuno. A visão de desigualdade regional de Putnam no caso italiano se aplicaria também à diversidade socioeconômica regional no Brasil? Como seria possível desenvolver uma comunidade cívica em nosso país? Nesta dissertação, contudo, a preocupação não recai sobre comparações macrorregionais, estando centrada na análise da violência micro espacial, a nível domiciliar, focando bairro e comunidade na Região Metropolitana do Recife (RMR).

Para Putnam a comunidade cívica é um determinante mais forte que o desenvolvimento econômico (...) As regiões onde há muitas associações cívicas, muitos leitores politizados e menos clientelismo parecem contar com governos mais eficientes (2002a, p. 112-113).

Considerando essa multiplicidade de concepções observamos diante do quadro social brasileiro o leque de possibilidades e oportunidades de se criar e incrementar o capital social, utilizando-o, sobretudo, como um poderoso instrumento de combate a uma das maiores chagas da sociedade brasileira e foco deste trabalho, à violência urbana que assola, principalmente as grandes cidades e a juventude do nosso país.

CAPÍTULO 2

PANORAMA DA VIOLÊNCIA EM PERNAMBUCO

Nos últimos anos, o Estado de Pernambuco vem liderando o *ranking*, no tocante aos homicídios relacionados diretamente com a violência urbana. No entanto para elucidarmos melhor este quadro, se faz relevante apresentarmos alguns dos fatores contribuintes para o panorama da violência no estado é importante vislumbrarmos um referencial comparativo, abordando, por exemplo, aspectos do combate à violência urbana em Bogotá, Colômbia. Resguardando, sobremaneira os distintos parâmetros de amplitude territorial e política entre Bogotá e Recife, considerando que a cidade colombiana é a capital e centro político do país e Recife uma das maiores cidades da região nordeste, tal distinção nos leva a crer que as iniciativas educativas e infra-estruturais implantadas no caso colombiano poderiam ventilar concretamente reflexões e oportunidades para o nosso contexto sócio-espacial.

2.1 - Bogotá e Recife: realidades semelhantes, atitudes distintas

Nos últimos anos, tornou-se notório o empenho para idealizar e implantar medidas de combate à violência urbana por parte das autoridades de Bogotá, na Colômbia. Mesmo em um país assolado com tantos focos de urgência como a guerrilha das Farc, o narcotráfico e degradantes indicadores sociais, foi possível, mediante mudanças de ações no setor de segurança pública, nos últimos dez anos, reverter a posição de cidade mais violenta da América Latina para uma das metrópoles com menor índice de assassinatos do continente.

Em entrevista ao jornalista Eduardo Machado, do Jornal do Commercio, no ano de 2006, o prefeito da cidade de Bogotá que assumiu o Programa Cultura Cidadã, em 1995, Antanas Mockus revelou que no ano de 1993 os altos índices de homicídios em Bogotá chegaram a mais de 80 por 100 mil habitantes e que no ano de 2005, a taxa foi de 23 por 100 mil habitantes.

Segundo o *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008*, elaborado com dados referentes ao ano de 2006, Recife ficou na segunda colocação nacional com relação às taxas de homicídio entre a população juvenil, com cerca de 214,3 óbitos por 100 mil habitantes, e na nona posição, entre os 556 municípios com maiores taxas de homicídio, com 90,5 mortes

por 100 mil. A primeira entre as capitais brasileira nessa categoria. O ranking preocupante não pára por aqui. Podemos destacar ainda que entre os 200 municípios com maior número de homicídios na população total e na população jovem, em 2006, no Brasil, Recife ocupa a 3ª colocação em ambas as categorias, com um total de 1.375 e 636 mortes respectivamente. Quando analisado, os homicídios por armas de fogo no total da população e a cada grupo de 100 mil habitantes, Recife encontra-se respectivamente nas 3ª e 4ª posição, com 1.198 mortes e uma taxa de 79,2 a cada 100 mil habitantes.

Ao constatar que a grande parte das vítimas são jovens entre 15 e 24 anos, percebe-se que a possibilidade de renovação e oxigenação da sociedade encontra-se prejudicada. Os dados dessa corrosão do capital social são incisivos. Segundo a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE), entre os dias 26/07/2006 e 30/11/2006 o balanço dos homicídios de jovens-adultos com idade entre 15 e 24 anos foi de um total de 326 óbitos, dentre os quais 311 homens e 15 mulheres. O banco de dados do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) em parceria com o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP) calculou que entre 2000 e 2003 foram 5.534 assassinatos, 4.952 por arma de fogo, sendo, 92,77% do sexo masculino e 7,2% do sexo feminino, na RMR, entre vias públicas, residências e outros. Desse montante 29,83% das vítimas eram jovens entre 15 e 24 anos. Nessa mesma análise realizada pelo MNDH/GAJOP, constatou-se que 2002 registrou o menor índice de mortalidade por assassinato nas faixas etárias de 15 a 24 anos, cerca de 6,79%. Mesmo assim os números reais assustam.

O Ministério da Justiça, a partir dos dados de 2002 do Ministério da Saúde/Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), apontam na Região Metropolitana do Recife (RMR), para essa mesma faixa etária, um total de 1.065 homicídios, sendo 1.022 para o sexo masculino e 43 para o sexo feminino, totalizando 2.087 jovens, que constituiu um percentual de 44,8% dos 2.373 casos de homicídios registrados na população total daquele ano.

No entanto, mesmo guardando as devidas proporções com relação à população absoluta, bem como a outros indicadores sócio-econômicos da cidade de Bogotá e do Recife, os números são alarmantes. Portanto, alguns questionamentos são pertinentes. O que é necessário para que o Recife consiga êxito no combate a criminalidade? Os meios para reduzir consideravelmente a violência em Bogotá nos últimos 13 anos funcionariam na capital Pernambucana? O exemplo de Bogotá seria uma esperança concreta para o Recife? Como

Bogotá conseguiu êxito diante da criminalidade proporcionando gradativamente uma regeneração do capital social?

Assim como no Recife, a maior parte das mortes por homicídio em Bogotá relaciona-se a brigas banais, vinganças e acertos de contas. O principal agente a ser atingido deveria ser o próprio cidadão. “Não construímos um muro entre os bandidos e os cidadãos. Nossa visão era de que cada pessoa podia melhorar sua conduta em algum ponto e isso contribuiria para uma sociedade mais harmônica. A cultura cidadã fortalece e incentiva a auto-regulação e a mútua regulação, alinhando-as com a lei”, relatou Mockus em entrevista publicada em 2006, no *Jornal do Comercio*. O incentivo ao comportamento cidadão foi o primeiro passo empreendido para iniciar gradativamente uma mudança de atitude na sociedade. Buscando desenvolver na população uma sensação de pertencimento e interdependência através, por exemplo, de campanhas contínuas de educação no trânsito (motoristas e pedestres), tendo em vista que muitas das brigas que resultavam em mortes advinham de conflitos nesse setor. Logo, essas campanhas contribuíam também para a redução dos índices de violência.

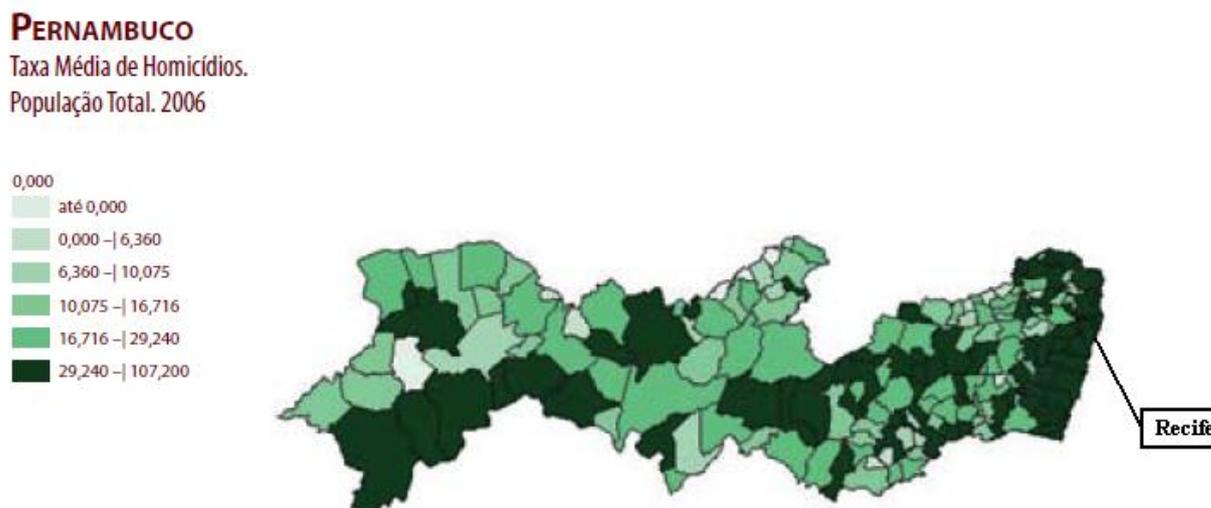
No entanto, cabe ressaltar que a pluralidade de ações está no foco das medidas que buscam a eficácia coletiva e o desenvolvimento do capital social, engendrada pela associação entre poder público, sociedade e setor privado. Medidas como a criação e revitalização de espaços públicos em áreas violentas, personificando o Estado sob a forma de benfeitorias e não apenas pela ação coercitiva da polícia, bem como a moralização e o combate à corrupção no efetivo policial, buscando recuperar a sua confiabilidade social. Em 1995, o nível de confiança dos bogotanos em sua polícia era de 17%, hoje esse percentual chega a 63%.

É nesse contexto que a busca de aumento do estoque de capital social e o combate à erosão das bases de convivência coletiva, no entanto, apresenta-se como um ativo de inestimável valor no reordenamento da política, do Estado e, portanto, da definição e efetivação de políticas públicas eficientes.

A cidade do Recife, vide mapa 1, encara atualmente, como foi destacado nos dados do *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008*, anteriormente apresentados, um quadro concreto que se encontra muito além de uma perspectiva de melhora. Porém algumas iniciativas como o Plano Estadual de Segurança Pública - Pacto pela Vida, do atual Governo do Estado, já estão sendo implantadas. Um dos programas de ações destacados no plano, intitulado de Intervenção Comunitária ou Social, destaca que: “A Intervenção Comunitária ou

Social incorpora a idéia de alterar as condições sociais ou institucionais que podem influenciar a atividade criminosa.” E segue enfatizando que: “Trata-se de fortalecer as comunidades em situação de risco através de projetos voltados para sua população, no sentido de aumentar o capital social da comunidade. Concluindo, no entanto que: “Assim, a proposta é a de implementar projetos que procurem reduzir fatores de risco e fortalecer os fatores de proteção da comunidade contra a violência e o crime.” (PACTO PELA VIDA, 2007, p. 116). A questão é se há uma “emergência de vontade” na população, gerando ou não sinergia com as ações induzidas pelo Estado.

MAPA 1 – Taxa Média de Homicídios. População Total, 2006



Fonte – Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, 2008

Em recente pesquisa divulgada pelo FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF-2009), sobre os Índices de Homicídios na Adolescência (IHA), os prognósticos foram alarmantes. O estudo avaliou 267 municípios com mais de 100 mil habitantes, em todo o Brasil e concluiu que o número de adolescentes assassinados entre 2006 e 2012 ultrapasse a 33 mil, caso não ocorram mudanças nas condições sociais urbanas.

No *ranking* divulgado das 20 cidades com maiores índices de mortalidade, o Estado de Pernambuco é representado por três. São respectivamente: Olinda, em quarto lugar; Jaboatão dos Guararapes, em oitavo e Recife, na décima posição. O somatório do número de mortes esperadas por homicídio na faixa etária entre 12 e 18 anos totalizou 2.194.

O IHA ainda revelou que a raça, o gênero, a idade e os territórios são fatores que aumentam as chances de um adolescente ser vítima de homicídios. De acordo com o índice, os meninos entre 12 a 18 anos têm quase 12 vezes mais probabilidade de ser assassinados do que as meninas dessa mesma faixa etária. Já os adolescentes negros têm quase três vezes mais chance de morrer assassinados do que os brancos. Outro fator destacado é que a maioria dos homicídios é cometida com arma de fogo.

2.2 – O descrédito na Polícia: sintoma do baixo capital social?

Um dos grandes desafios a serem enfrentados no combate à violência urbana está em resgatar a imagem da polícia como guardião do bem estar e da segurança da população. Em vários momentos nas entrevistas realizadas durante o processo de coleta de dados para este trabalho tornou-se comum escutar membros da sociedade verbalizando que mesmo sem nada a “dever” ao ser abordado por um policial, normalmente durante as *blitz* (barreiras policiais para fiscalização nas vias públicas) era recorrente o sentimento de medo. Ou até mesmo sentir receio em pedir informação a um policial nas ruas. E mais. Vários são os relatos em que moradores de bem, que residem em favelas, ou mesmo bairros mais pobres, se dizem mais “seguros” com os delinquentes da localidade, tendo em vista que muitos foram colegas de infância e viveram sempre naquele ambiente, do que quando a polícia aparece para dar o “baculejo” (*termo popular utilizado para indicar uma revista feita por policiais com o intuito de localizar artefatos ilícitos*).

Em grande parte dos casos a situação de risco aos quais os policiais estão expostos os remete a agir de maneira truculenta e muitas vezes recorrendo a agressões físicas, tendo em vista que no calor da ação, todos, cidadãos comuns e delinquentes encontram-se no mesmo patamar segundo o senso de discernimento dos detentores da violência legítima, ou seja, o próprio Estado.

Nesse contexto, dois fatos nos chamam a atenção. O primeiro, quando os populares relatam a sensação de “segurança” com os infratores da localidade, expressa pelos laços criados nas relações cotidianas das comunidades, haja vista que muitos são conhecidos desde a infância, denotando a existência de laços sociais. É importante destacar que tal sentimento não é via de regra. Um segundo fato nos remete à evidente inversão de concepções diante dos

agentes da segurança pública, expresso no medo e não no respeito à polícia. Observamos, desta maneira, que o capital social cívico está evidentemente em desvantagem.

Tornou-se comum a transposição da tênue linha entre a legalidade e a ilegalidade pelos policiais. A má preparação nos treinamentos, o desaparelhamento das tropas e a insuficiente remuneração conduzem os policiais a delinquir após receberem preparação profissional custeado pelos impostos pagos pelo contribuinte. Transpondo a polícia para o lado do problema e não da solução no combate à violência. Tais circunstâncias desembocam no bojo da ineficiência e conseqüentemente no descrédito da população. (BATITUCCI & CRUZ *in* ZAVERUCHA, 2007:46). Capital social cívico e criminalidade remetem a conceitos antagônicos. A existência de um consiste na ausência do outro.

2.3 – O impacto da violência na sociedade Pernambucana

A violência no âmbito nacional se destaca como uma das principais causas da mortalidade entre os jovens, sobretudo entre as faixas etárias de 15 a 24 anos. Tal circunstância é responsável pela ampliação do desequilíbrio na distribuição demográfica entre sexos, pesando gravemente para o lado masculino, haja vista serem as principais vítimas dessa verdadeira chacina que ocorre diariamente no país.

Outro reflexo considerável desse quadro se revela de maneira contundente no âmago das famílias. Com a morte do principal provedor de renda, que na grande maioria dos casos é o homem, se instala um problema de ordem econômica. Esse cenário transpõe os limites das residências e se espalha para a sociedade em função da perda de capital humano que se reflete também em elevação dos gastos que vai desde a saúde pública, como também, em programas de prevenção e repressão a violência.

Como ressalta Batitucci e Cruz *in* Cano e Ribeiro (2007:51)

“A violência impõe ainda um alto custo em termos socioculturais e políticos: espalha o medo, alterando os hábitos das pessoas que dela tentam se proteger, e estimula atitudes irracionais e agressivas na tentativa de estancá-la. Assim, a violência possui a propriedade perversa de perpetuar-se, pois tende a provocar reações igualmente violentas que realimentam o círculo vicioso.”

As consequências desse círculo vicioso puderam ser evidenciadas em recente ofício enviado em maio de 2009, ao governo do Estado de Pernambuco, elaborado com a participação da Associação em Defesa da Cidadania e do Consumidor (ADECON), o Núcleo de Estudos das Instituições Coercitivas e da Criminalidade (NICC) da UFPE, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB-PE) e o Sindicato dos Médicos de Pernambuco (SIMEPE), em que se constatou a realidade preocupante da violência em Pernambuco. Entre os anos de 2007 e 2008 ocorreram mais de 4,5 mil homicídios no Estado.

Como sempre, os mais atingidos pela violência são os jovens, sobretudo os marginalizados, pobres, e como na grande maioria dos casos, envolvidos com o tráfico.

A população em nosso estado já não se espanta ou se sensibiliza mais com o derramamento de sangue e a carnificina que vivenciamos todos os dias. Em 2006 foram registrados 4.638 homicídios no estado, a uma média de 386,5 mortes mensais, revelando uma taxa de 54,5 homicídios por cem mil habitantes. Em 2007 foram 4.592 com uma média de 382 mortes mensais e 53,5 homicídios por cem mil habitantes pernambucanos. No ano de 2008 o número total de homicídios reduziu para 4.525, porém permanece alarmante a situação.

Em 2009, até o momento em que escrevo essas linhas, dia 31 de julho, de acordo com o Blog da Segurança Pública – PEbodycount (disponível em: <http://www.pebodycount.com.br>), lançado em 2007, fruto de um sentimento de inquietação de quatro respeitados jornalistas do Estado em parceria com a Associação do Ministério Público de Pernambuco – AMPPE, as cifras da violência em Pernambuco registram um total de 2.474, sendo 331 apenas no corrente mês de julho e 15 no dia. Os números do silêncio de suas vítimas falam por si.

A seguir iremos discorrer sobre a relevância do público alvo da pesquisa, jovens entre 15 e 24 anos. Destacando os pontos de vulnerabilidade, bem como o impacto da violência na vitimização dos jovens.

CAPITULO 3

JOVENS DAS ÁREAS POBRES URBANAS: as principais vítimas

Neste capítulo, procuraremos esclarecer as principais causas que inserem os jovens na linha de frente da vitimização por homicídios e, sobretudo os efeitos desse lamentável quadro.

Estar entre 15 e 24 anos no Brasil é sinônimo de estar cruzando o espaço etário de maior risco de se tornar mais uma vítima da violência, contribuindo para as estatísticas de mortalidade por homicídios provocados, principalmente, por armas de fogo.

Estudos diversos constataam que são os jovens e pertencentes ao sexo masculino, os mais expostos ao fenômeno da violência. A situação revela ainda um novo perfil da criminalidade no Brasil. Observa-se uma maior incidência da violência vinculada aos crimes urbanos, sedimentada sobremaneira nos casos do tráfico de drogas, do roubo de cargas, do contrabando de armas e de mercadorias, dos sequestros relâmpagos, dos assaltos a bancos, entre outros. Essa tendência, concentrada nos centros urbanos acentuou-se durante a década de 1990.

Uma grande contribuição para se entender esse contexto nos é fornecida por Peralva (2002). A autora chama a atenção para o fato de que o aumento desse tipo de violência na década de 1990, expressa um paradoxo, tendo em vista que nesse período não é possível estabelecer uma correlação direta entre condições socioeconômicas e crescimento da criminalidade. Haja vista que nessa década enquanto os indicadores socioeconômicos indicaram melhora, a criminalidade apresentou índices cada vez mais preocupantes.

É importante salientar que tal ocorrência não nos permite ignorar a relação entre pobreza e criminalidade, tendo em vista que de acordo com as informações do Banco de Dados dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM), o perfil das vítimas nos permite concluir que ainda são os mais pobres, negros e os de menor formação educacional que mais matam e morrem em decorrência da violência. Existe de fato uma forte relação entre áreas pobres e a violência letal nas cidades brasileiras.

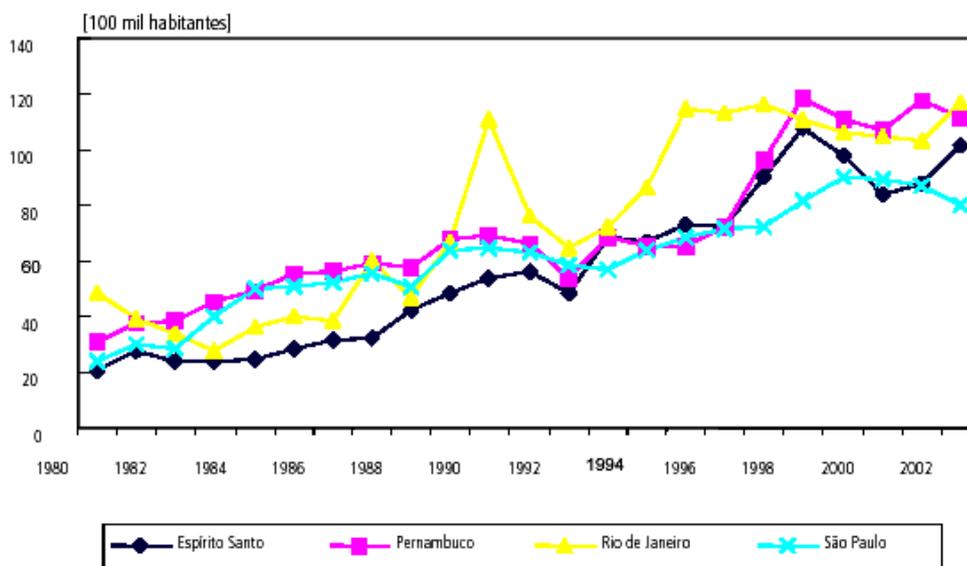
Ao analisarmos os dados do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros (2008), observamos uma sobreposição geográfica quando confrontamos os indicadores de violência com os que representam as carências de direitos econômicos e sociais, tornando algumas áreas potencialmente mais vulneráveis às ocorrências de homicídios.

3.1 – O “Rejuvenescimento” da violência

O crescimento da violência na sociedade brasileira está intimamente associado ao grupo etário juvenil. Entre 1996 e 2006 a taxa de homicídios dessa faixa etária cresceu 31,3%, passando de 13.186 vítimas para 17.312, segundo do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros de 2008.

O Mapa da Violência nos revela também que dos 100 municípios do país com as maiores taxas de homicídio juvenil em 2006, Pernambuco foi representado por 17. Foi 1.757 o total de jovens mortos por homicídio no Estado naquele ano. Desse montante, 1.285 casos ocorreram nos 17 municípios inseridos na lista nacional. A seguir, o gráfico 1 revela o aumento gradativo das taxas de homicídios entre os anos de 1980 e 2002 no Estado de Pernambuco, colocando-o entre os quatro mais violentos de Brasil.

GRÁFICO 1 – Taxa de Homicídios de jovens de 15 a 29 anos – ES, PE, RJ, SP



Além do aumento considerável nas mortes outro fato merece destaque. A arma de fogo é o instrumento mais utilizado para praticar os crimes. Sete em cada dez homicídios no Brasil são cometidos com arma de fogo.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, (disponível em: <http://www.datasus.gov.br>) de 1991 a 2000 houve um aumento de 15.518 óbitos por causas externas no país, dos quais 94,1% foram representados por homicídios. A maioria das mortes por homicídio nesse período foi decorrente por arma de fogo. Em 2000, o percentual alcançou 68%, atingindo o pico de 80% em algumas capitais do Brasil, como por exemplo, Recife. No ano de 2006 dos 10 primeiros municípios com maiores taxas de óbitos por arma de fogo no Brasil, dois eram de Pernambuco. Recife e o Cabo de Santo Agostinho.

O grupo etário de 20 a 29 anos contemplou o maior coeficiente de mortalidade por arma de fogo atingindo a cifra de 42,9 por 100 mil habitantes no ano de 2000. Em 2006, dos 46.660 homicídios ocorridos naquele ano, 33.284 foram decorrentes de lesões por Projétil de Arma de Fogo (PAF).

Um dos maiores responsáveis pela precoce inserção dos jovens na criminalidade é a consolidação do tráfico de drogas nas comunidades, sobretudo nas periferias pobres. Atualmente a facilidade de disseminação e acesso ao *crack* tem constituído um forte oponente às iniciativas de combate a criminalidade e conseqüentemente a mortalidade juvenil.

3.2 – O empreendimento do crime e a sedução do tráfico para os jovens da periferia

O tráfico de drogas compreende uma atividade bastante organizada, evidenciando um verdadeiro empreendimento econômico, adequado aos trâmites do mercado. Nessa atividade as leis são criadas pelos próprios agentes, e quaisquer conflitos e disputas são resolvidas pelo recurso à força física.

No Brasil, o tráfico de drogas e a mortalidade juvenil estão intimamente relacionados. A favela tornou-se o espaço da venda de drogas ilícitas em grandes feiras públicas de varejo, mobilizando contingentes expressivos de jovens, divididos entre facções e grupos de gangues rivais. Esse ambiente extremamente instável e conflituoso, marcado por disputas por pontos

de venda, instituiu como padrão de imposição da ordem, a lei da arma de fogo. Ceifando a cada ano, centenas de vidas de jovens. (SAPORI, 2007, p.100)

O tráfico de drogas, além de oferecer aos jovens um atrativo monetário e a possibilidade de aspirar à conquista de bens materiais, tão cobiçados por esse grupo, viabiliza também a obtenção de respeito, proteção e auto-estima, ostentando perante a comunidade, as gangues e as galeras, o *status* adquirido pelo fascínio de se empunhar uma arma de fogo.

O submundo do crime se organiza dentro de suas próprias leis, fortemente entrelaçadas por valores, crenças, regras e compromissos de solidariedade e lealdade. A ruptura desses acordos de convivência é retaliada, sem qualquer vacilo, com a pena de morte. Extirpando qualquer possibilidade de se resgatar esse capital social juvenil, para valores de caráter cívicos.

3.3 – Fatores de vulnerabilidade das vítimas

Na última década, os índices de mortalidade por armas de fogo cresceram continuamente, atingindo indiscriminadamente homens e mulheres. Entretanto a balança dos homicídios está longe de um equilíbrio. Homens, jovens, negros e pessoas de baixa formação são de longe as principais vítimas. Em destaque podemos ressaltar que a população masculina das faixas etárias entre 15 e 19 e entre 20 e 29 anos.

Ao verificarmos a tabela 1, observamos que o risco de se morrer em decorrência de lesão por projétil de arma de fogo para o sexo masculino é superior ao feminino tanto se for levado em consideração à população total como também em todas as faixas de idade.

No início da década, no ano 2000, o risco masculino era 14 vezes superior ao risco feminino. Ao considerarmos esse risco em relação às faixas etárias, observamos que a partir dos 15 anos a situação se agrava consideravelmente, quando o índice supera o valor de 10 vezes, chegando a 19,5 vezes na faixa etária de 20 a 29 anos. No país a chance de um jovem de 20 a 29 anos vir a morrer é 20 vezes maior que a de uma mulher de mesma idade, enfatizando a maior exposição do sexo masculino, tendo em vista o fato de que esse gênero está mais envolvido em situações voluntárias de risco.

Nas capitais dos grandes centros urbanos a situação de jovens do sexo masculino é ainda mais grave.

TABELA 1 - Risco relativo masculino de morte por armas de fogo segundo grupos etários e incremento (Brasil, 1991-2000)

| Faixa etária | 1991 | 1996 | 2000 | Incremento (%) |
|------------------------|--------------|--------------|--------------|-----------------------|
| 0 a 4 | 1,94 | 1,82 | 2,37 | 22,10 |
| 5 a 9 | 2,43 | 1,71 | 2,04 | -15,94 |
| 10 a 14 | 3,08 | 3,05 | 3,12 | 1,28 |
| 15 a 19 | 10,50 | 10,08 | 12,33 | 17,42 |
| 20 a 29 | 14,94 | 13,22 | 19,53 | 30,70 |
| 30 a 39 | 14,75 | 11,73 | 13,09 | -11,29 |
| 40 a 49 | 9,64 | 9,17 | 11,23 | 16,58 |
| 50 a 59 | 13,25 | 10,61 | 13,09 | -1,20 |
| 60 + | 10,62 | 11,98 | 12,11 | 13,95 |
| População total | 12,35 | 10,85 | 13,93 | 12,82 |

Fonte: Peres, 2004

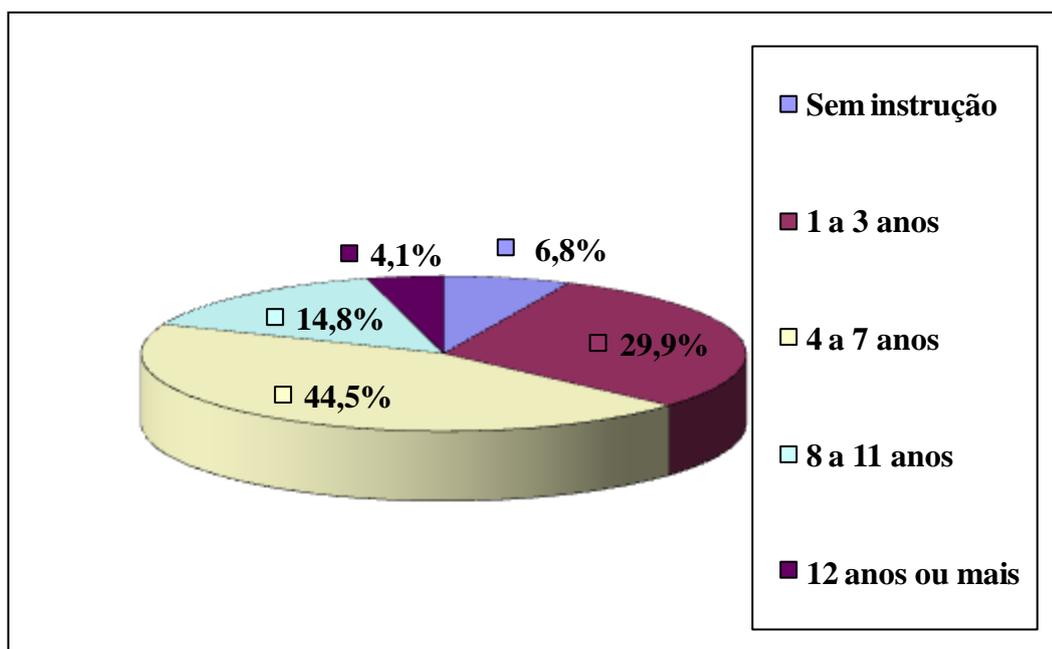
Ao observar a distribuição dos óbitos é possível constatar uma concentração de casos em áreas de periferias urbanas, que apresentam como características marcantes o precário acesso a bens e serviços públicos, associados ao adensamento de comunidades de população de baixa renda e escolaridade. Tal relação não reflete necessariamente uma relação de causa e efeito entre pobreza e altos níveis de violência, porém é inegável a confluência dos dados.

Nessas áreas, a legitimação da violência cotidiana surge como uma alternativa de resolução de conflitos, lastreada pela ausência de poder público no que se refere a políticas sociais e de segurança, assim como a falta de instituições mediadoras, como ONGs, por exemplo.

O gráfico 2 nos comprova a relação entre mortalidade de grau de escolaridade. As faixas de maiores percentuais de vítimas são as que possuem menor grau de instrução. De 1 a 3 anos com 29,9% e de 4 a 7 anos de escolaridade com 44,5%. Compreendendo 74,4% do

total de mortes. As classes acima de oito anos e também sem instrução aparecem com a menor representação na população.

GRÁFICO 2 – Escolaridade das vítimas no Brasil, 2002



Fonte: SIM/MS/Datasus. Elaboração Ipea.

Nota: Excluindo as vítimas com escolaridade indeterminada ou ignorada

CAPÍTULO 4

CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO

Elegemos como foco central da pesquisa a população residente no bairro de Coqueiral, localizado na Região Político-administrativa 5 (RPA 5), do município do Recife, e a comunidade da Ilha de Santana, também conhecida como Ilha do Rato, localizada no bairro de Jardim Atlântico, RPA 7, do município de Olinda.

Embora sejam localidades distintas em alguns aspectos, dentre eles, o padrão de ocupação, o perfil socioeconômico dos residentes e a classificação territorial, tendo em vista que Coqueiral se trata de um bairro e a Ilha de Santana de uma comunidade inserida no bairro de Jardim Atlântico, outros aspectos foram relevantes para as suas escolhas, tal como, o padrão similar de eventos violentos, como homicídios, furtos e roubos; o tráfico de drogas e entorpecentes, facilmente conseguido pelos usuários, e principalmente o envolvimento dos jovens nesses eventos. E, por último e não menos relevante, ressalto a minha relação de convivência com ambas as localidades, fato este que possibilitou relativa facilidade no acesso e na coleta dos dados.

No bairro de Coqueiral residi por mais de 20 anos e ainda mantenho laços familiares. Foi o local em que passei toda a infância, adolescência e juventude, e onde perdi para o crime, parte dos meus colegas em tenra idade. Com a Ilha de Santana, a afinidade é mais recente, porém não menos intensa. O contato começou a ser estabelecido ainda na adolescência, quando ia visitar familiares, residentes em áreas próximas a comunidade e passar dias, porém sem contato direto mas sempre alertado de que não se aproximasse tanto devido a má fama do local. A relação se intensificou nos últimos 5 anos, através de funcionários da instituição educacional onde trabalho e que também realiza atividades na comunidade, inserindo jovens como estudantes-bolsistas e integrando-os em práticas esportivas. Vários inclusive a quem ministro aulas.

4.1 – Dados demográficos e sócio-econômicos das localidades pesquisadas

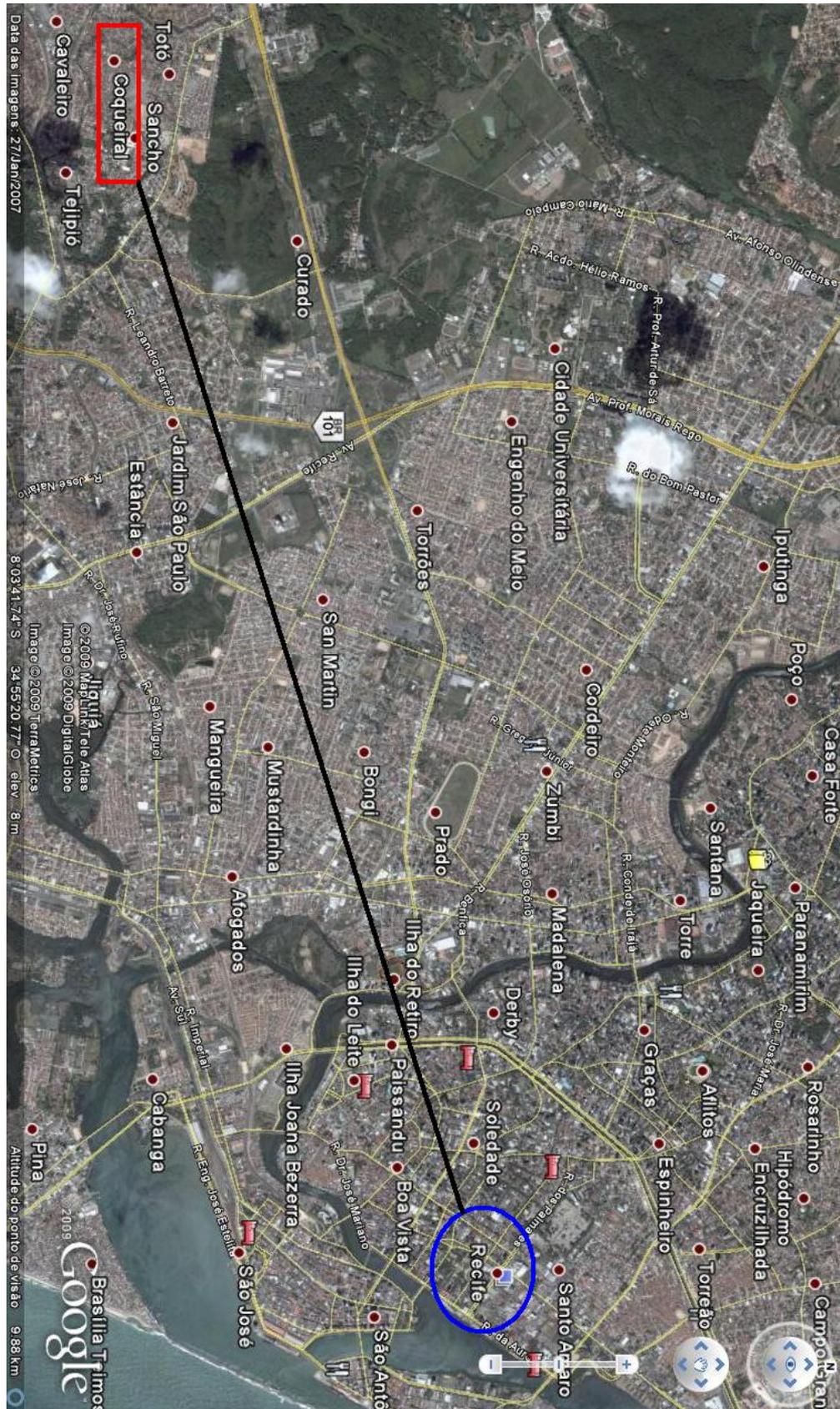
4.1.1 - Bairro de Coqueiral

Como podemos observar em destaque com uma linha contínua vermelha, no centro do mapa 1, o bairro de Coqueiral pertence à RPA-5, a Sudoeste da cidade do Recife, limitando-se com os bairros de Tejipió, Sancho e Totó. A localidade encontra-se circundada por áreas colinosas, marcadas pela ocupação de comunidades, em sua grande maioria de baixa renda. Várias dessas comunidades são conhecidas pelo seu perfil violento, destacando-se o Pacheco, Vila dos Milagres, Cavaleiro e novamente o Totó.

Segundo relatos históricos, como os encontrados na obra *O Recife e seus bairros* de Carlos Bezerra Cavalcanti, esse subúrbio se originou no por volta dos anos 40, quando ainda era um sítio e algumas pessoas oriundas da zona rural resolveram ali se instalar. O local, de difícil acesso naquele momento, só era acessível a pés ou no máximo a cavalo, e foi justamente devido ao tráfego de cavaleiros que o bairro vizinho já no município de Jaboatão dos Guararapes herdou o seu nome.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife, o bairro de Coqueiral possui uma área de 0,51 km², com uma população total de 11.092 habitantes (IBGE,2000). (vide mapas 2 e 3). Todo o contingente populacional está inserido em áreas de interesse social, além de apresentar uma das maiores densidades demográficas da RPA – 5, com cerca de 200 hab/ km².

MAPA 2 – Localização do bairro do Coqueiral na cidade do Recife



Fonte: Google Earth (Adaptado pelo autor)

MAPA 3 – Localização do bairro do Coqueiral



Fonte: Atlas de Municipal de Desenvolvimento Humano no Recife – 2005 (adaptado pelo autor)

Cabe ressaltar ainda alguns aspectos de ordem demográfica, sobretudo em relação à população de adolescentes e jovens residentes no bairro, que abrange um universo de cerca de 2.172 residentes, como observado na tabela 2. Desse total, 1.082 são do sexo masculino e 1.090 do sexo feminino.

TABELA 2 - População total de adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos

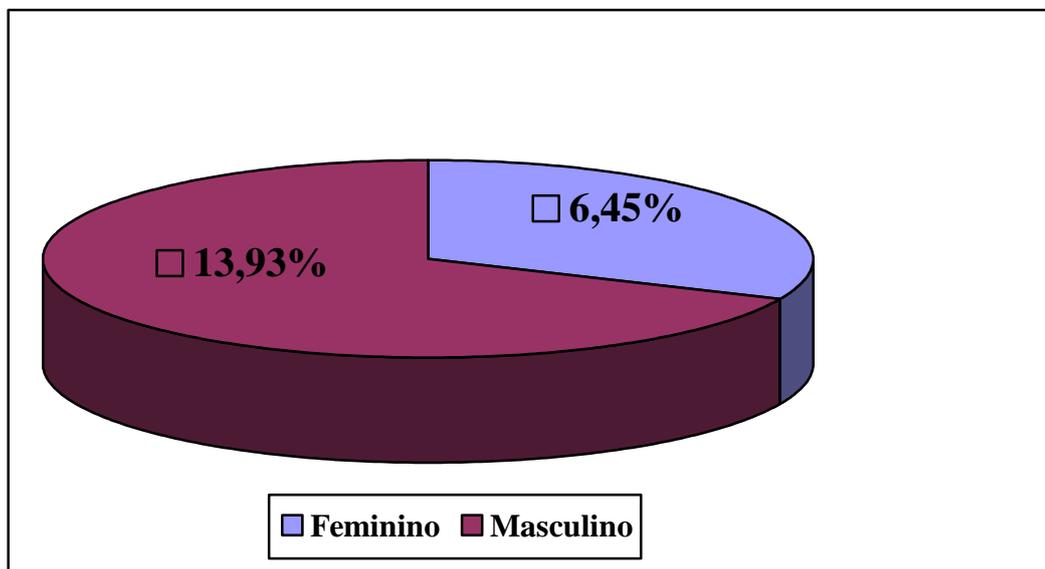
| Bairro | População residente total de 15 a 17 anos de idade, 2000 | População residente total de 18 a 22 anos de idade, 2000 | População residente total de 23 a 24 anos de idade, 2000 | Total |
|------------------|---|---|---|--------------|
| Coqueiral | 693 | 1.053 | 426 | 2172 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife – 2005 (baseado nos dados do Censo – IBGE – 2000)

Quando investigada as taxas de analfabetismo, visualizada no gráfico 2, chegamos a um percentual de 13,93% no sexo masculino e 6,45% no sexo feminino.

A taxa de analfabetismo está diretamente relacionada com o grau de instrução de uma população. O baixo nível de formação é um indicador bastante recorrente no perfil das vítimas de homicídio nessa faixa etária, atingindo aproximadamente um quinto do quadro juvenil do bairro de Coqueiral, com cerca de 442 indivíduos. E se somarmos os percentuais por sexo, veremos uma taxa maior que o dobro da média nacional quando considerada a população analfabeta de 15 anos ou mais nos parâmetros da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2006).

GRÁFICO 3 – Percentual analfabetismo de adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos no bairro de Coqueiral



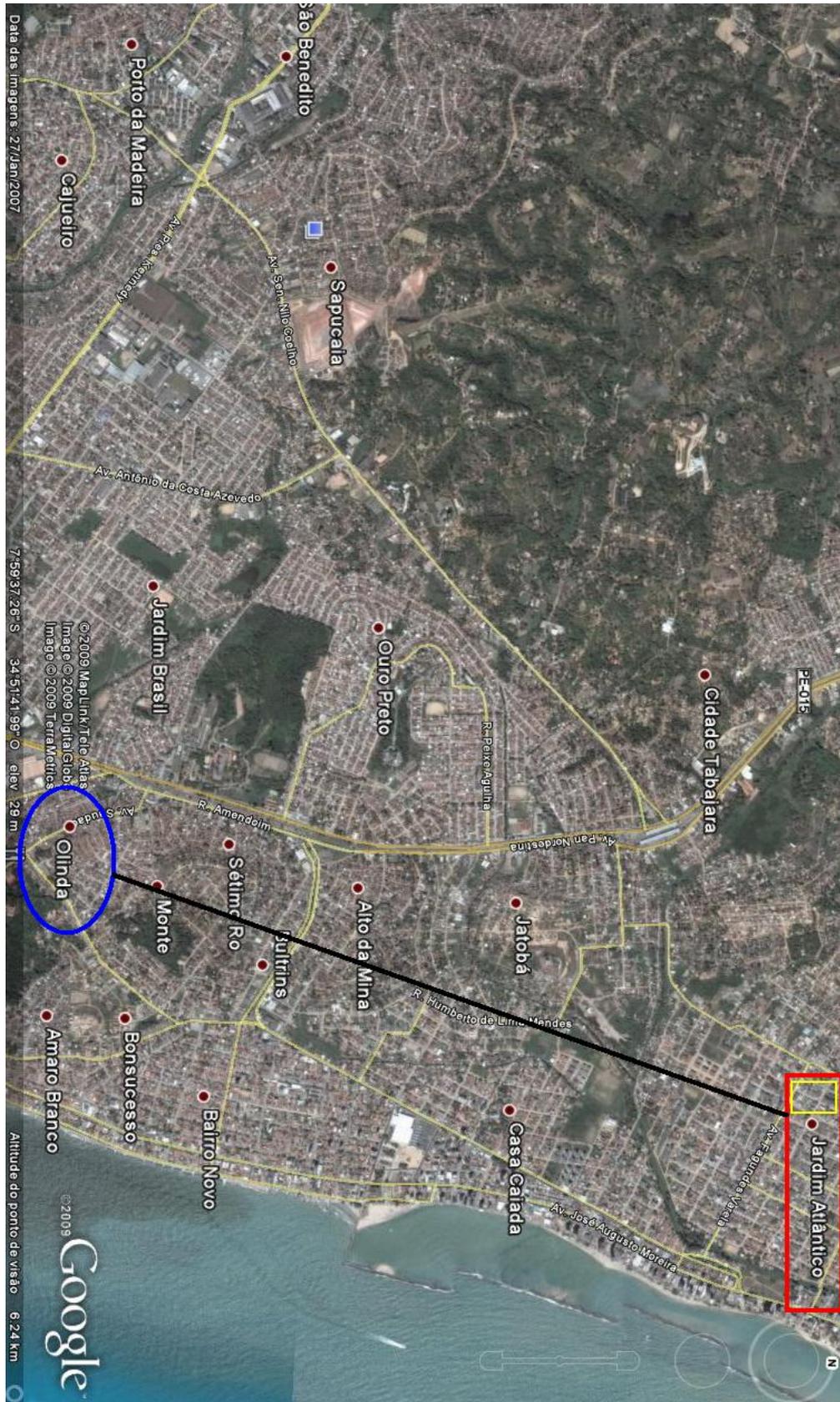
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife – 2005 (baseado nos dados do Censo – IBGE – 2000)

No tocante aos aspectos infra-estruturais, mais de 90% dos habitantes residem em domicílios com a água encanada, instalação sanitária e serviço de coleta de lixo. Destacamos também a presença de duas escolas municipais, são elas a Municipal Alto da Bela Vista – Anexo 1 e a Municipal de Tejipló. As poucas áreas de lazer existentes não oferecem condições adequadas.

4.1.2 - Ilha de Santana

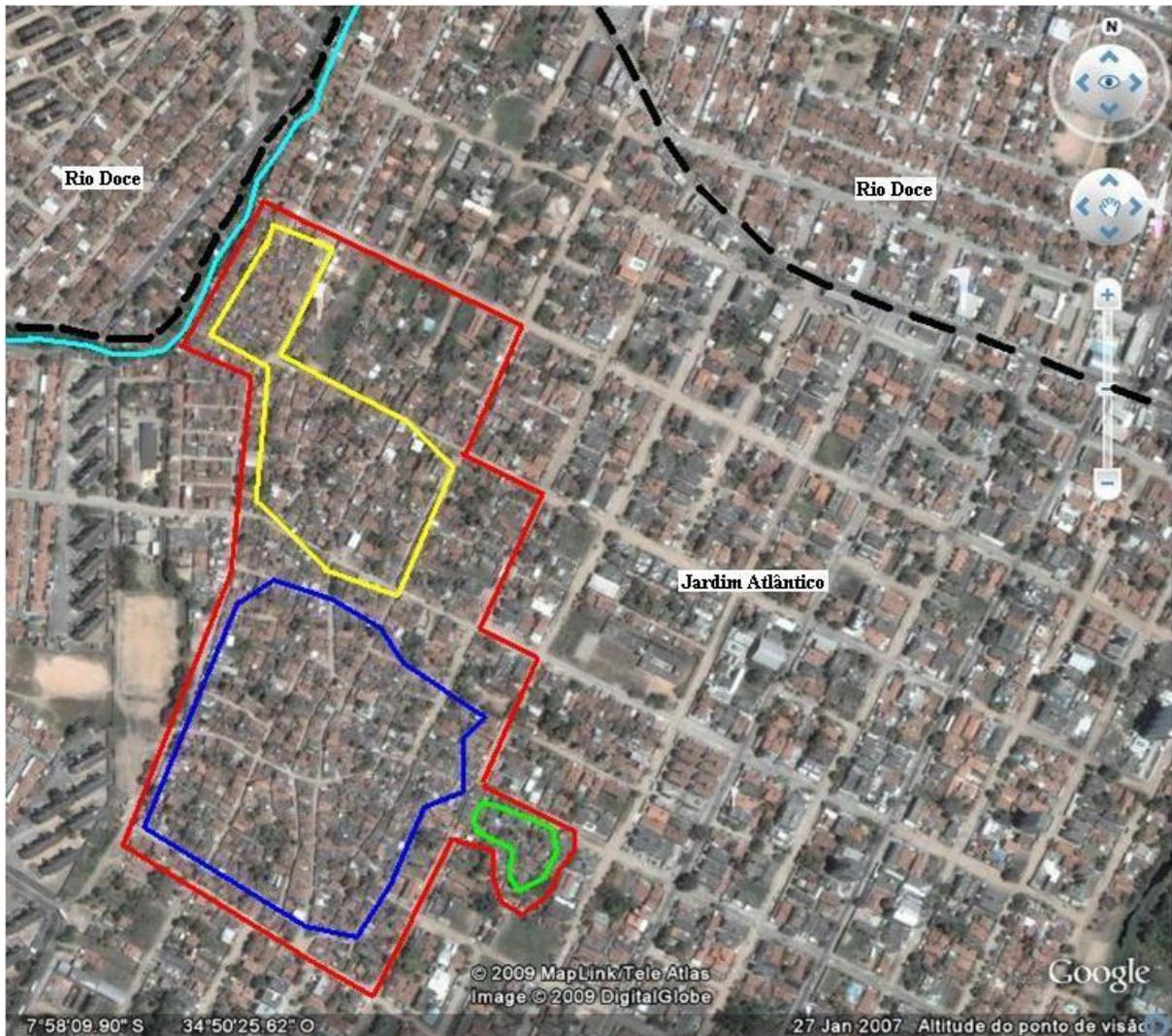
A Ilha de Santana situa-se dentro dos limites do bairro de Jardim Atlântico (vide mapas 4 e 5), na RPA – 7, do município de Olinda, Grande Recife, ocupando uma área de 28,03 hectares (ha), destacada no quadrado amarelo no mapa 4. De acordo com a Secretaria de Planejamento Urbano, Transportes e Meio Ambiente – SEPLAMA, a comunidade encontra-se classificada como área pobre, inserida no conjunto das Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) do município.

MAPA 4 – Localização do bairro de Jardim Atlântico e Ilha de Santana na cidade do Olinda



Fonte: Google Earth (Adaptado pelo autor)

MAPA 5 – Localização da Ilha de Santana



Legenda

- - divisa dos bairros
- - perímetro da Ilha de Santana
- - zona de maior adensamento residencial
- - ocupação periférica recente
- - Riacho canal das Tintas
- - adensamento residencial no eixo rua Santana - rua das Flores

Fonte: Google Earth (Adaptado pelo autor)

Os moradores mais antigos revelaram durante a aplicação dos questionários que a comunidade “começou a nascer” no início da década de 70, quando os primeiros moradores começaram a ocupar a margem direita do atual Riacho Canal das Tintas, que compreende parte do limite entre os bairros de Jardim Atlântico e Rio Doce. Espreado-se posteriormente para o Sul e para o Leste. O local herdou com o tempo o título de “Ilha do Rato”, em virtude

da concentração desses animais, decorrentes das más condições de saneamento e precariedade nos serviços de coleta de lixo.

Segundo dados do Sistema de Informações Municipais de Olinda – SIMO, baseados em fontes da FIDEM, a comunidade possuía em 2004 um total de 6.783 habitantes, distribuídos em 1.541 domicílios. Conta também com duas Unidades de Saúde da Família (USF) a Ilha de Santana I e a Ilha de Santana II, e nos arredores da comunidade é identificada a presença de uma escola estadual, a Escola Santa Ana e outra municipal, a Escola Gregório Bezerra. Contudo podemos ressaltar que o tempo médio de estudos no local é de apenas 6 anos. O efeito da baixa escolaridade e consequente baixa qualificação, somado a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, leva, à maioria da juventude local, o caminho mais “fácil” e incontornável que começa muitas das vezes como usuário de drogas, seguindo para o tráfico, furtos, roubos na vizinhança até a prática de homicídios, encerrando o ciclo, não na minoria das vezes, com uma morte precoce em plena idade produtiva. O capital social perde consistência e capacidade de regeneração.

Serviços públicos como o fornecimento de água encanada, saneamento básico e coleta de lixo, são oferecidos de maneira irregular, quando não são inexistentes, na periferia da periferia, se é que podemos chamar assim. Especificamente em relação a este último, o lixo, em alguns locais os moradores tem que se deslocar para depositar os resíduos nas áreas por onde os veículos de coleta passam, pois as ruas estreitas e a disposição desordenada das habitações dificultam a acessibilidade. E devido ao histórico de ocupação sem um prévio planejamento, não existem áreas de lazer coletivo sem o improviso da comunidade, como por exemplo, o velho campinho de várzea.

É preciso enfatizar, contudo, que a “invisibilidade” da comunidade se reflete, sobretudo na escassez de levantamentos e dados oficiais atualizados pelos órgãos de gestão municipal, sendo este um dos fatos motivadores para o interesse dessa pesquisa. Ter a possibilidade de alguma maneira de descobrir o véu estatístico que encobre aqueles que não são nada invisíveis para quem os circunda. E reitero que a base de dados amostrais coletadas para este trabalho, em especial, na Ilha de Santana, fundamenta-se, sobretudo, nas informações obtidas mediante a aplicação dos questionários.

CAPITULO 5

METODOLOGIA E ANÁLISE DOS ESTUDOS DE CASO

Havendo colocado os pressupostos da revisão de literatura sobre o capital social no capítulo 1 e após a explicitação dos critérios para a escolha das áreas, procedo no presente capítulo à colocação da metodologia definida para a realização do levantamento de dados primários nos recortes amostrais.

5.1 - A Construção do questionário

O questionário teve como base de elaboração o modelo adotado pelo Grupo Temático sobre o Capital Social do Banco Mundial, o *Questionário Integrado para medir Capital Social (QI-MCS)* - 2003, por apresentar uma maior adequação aos objetivos desta pesquisa. Embora o capital social tenha sido conceitualizado nos níveis micro, médio e macro, as ferramentas necessárias para medi-lo variam de acordo com a escala utilizada. O QI-MCS concentra-se na medida ao nível micro, isto é, ao nível dos domicílios e indivíduos, o que corresponde ao foco das Pesquisas de Padrão de Vida (PPVs), as quais têm como objetivo medir os padrões de vida dos domicílios e indivíduos. É essa correspondência de foco que permite integrar o QI-MCS ao objetivo desta pesquisa.

Além de fornecer os dados para a pesquisa, durante a aplicação do questionário houve a oportunidade para entrevistas abertas ou o prolongamento informal das conversas, de modo a permitir a captação de importantes relatos que de certa maneira, justificaram os percentuais adquiridos com a amostra em alguns indicadores.

O questionário foi dividido em duas partes. A primeira destinou-se à coleta de informações relacionadas a variáveis demográficas. A segunda parte destacou medidas de capital social, sendo esta subdividida em quatro indicadores, a saber:

- A – Sentimentos de credibilidade, pertencimento e confiança na vizinhança;
- B – Conexões com a vizinhança;
- C – Comportamento cívico e
- D – Comportamento diante da violência e criminalidade.

No próximo item, descreveremos como foi desenvolvido o planejamento amostral da pesquisa.

5.2 - O planejamento amostral

A pesquisa amostral enfocou do ponto de vista demográfico, especialmente a faixa etária inserida entre os 15 e 24 anos, tendo em vista que o objetivo é relacionar os níveis de capital social com a violência nesse público alvo de adolescentes e jovens adultos.

A amostra foi composta pela coleta de um total de 200 questionários, compreendendo 120 para o bairro de Coqueiral e 80 para a Ilha de Santana. Para se chegar a esses números, foi utilizado como critério o percentual de 1% da população absoluta de cada uma das áreas pesquisadas.

A princípio tínhamos como objetivo calcular o quantitativo de questionários tomando por base o total da faixa etária da população pesquisada em cada localidade, porém esse critério não poderia ser aplicado, em especial, na Ilha de Santana, em virtude da impossibilidade de conseguir esses dados, ou por inexistência, ou por falta de predisposição dos órgãos de gestão municipal para divulgá-los. Após encontrarmos outro parâmetro para determinar a quantidade dos questionários que seriam aplicados, buscamos distribuí-los como demonstrado na tabela 3.

TABELA 3 – Distribuição da amostra por faixa etária

| Faixa Etária | Bairro de Coqueiral | Ilha de Santana |
|---------------------|----------------------------|------------------------|
| 15 – 17 anos | 45 | 30 |
| 18 – 22 anos | 30 | 20 |
| 23 – 24 anos | 45 | 30 |
| Total | 120 | 80 |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

É possível observar na tabela 4, que destinamos para cada área pesquisada um quantitativo maior de questionários para as faixas etárias iniciais e finais, correspondentes as de 15 a 17 anos e 23 e 24 anos. A iniciativa foi intencional, tendo em vista o objetivo de

identificar variações no comportamento das respostas entre os dois extremos etários, considerando aspectos concretos como as relações sociais inerentes a cada grupo, bem como, aspectos subjetivos, como a “maturidade” e concepções diante das situações propostas nas perguntas realizadas.

TABELA 4 – Distribuição da amostra por gênero e faixa etária

| Faixa Etária | Bairro de Coqueiral | | Ilha de Santana | |
|---------------------|---------------------|-----------|-----------------|-----------|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| 15 – 17 anos | 23 | 22 | 15 | 15 |
| 18 – 22 anos | 15 | 15 | 10 | 10 |
| 23 – 24 anos | 23 | 22 | 15 | 15 |
| Total | 61 | 59 | 40 | 40 |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Dando prosseguimento a este capítulo faremos uma análise dos dados obtidos na realização de questionários entre os moradores do bairro de Coqueiral, no Recife, e da comunidade da Ilha de Santana, em Jardim Atlântico, Olinda. Através das informações coletadas, apresentamos uma análise descritiva dos dados, destacando as tendências de opiniões e comportamentos encontrados nas respostas dos entrevistados durante a busca de padrões de capital social nas duas áreas de pesquisa.

5.3 - Análise Descritiva

5.3.1 – Dados demográficos e sócio-econômicos

Iniciaremos a discussão da amostra analisando as variáveis demográficas e econômicas nas duas áreas estudadas, dando ênfase às características de ocupação, renda, educação, moradia e composição familiar. Logo em seguida, destacaremos os dados coletados sobre as opiniões e comportamentos dos entrevistados no que diz respeito ao tema capital social.

Sobre a ocupação dos moradores, dividimos as atividades como assalariado com carteira assinada; assalariado sem carteira assinada; autônomo; autônomo / paga ISS; profissional liberal; estudante apenas; aposentado/pensionista; e desempregado.

No bairro de Coqueiral, cerca de 35% dos entrevistados apenas estudam, enquanto que 27,5% trabalham sem carteira assinada e 22,5%, com carteira. Os índices de pessoas que trabalham como autônomas e estão desempregadas foi o mesmo: 7,5%. Na Ilha de Santana, o percentual maior de ocupação também foi o de estudante apenas, embora em menor proporção se comparado à primeira localidade (25%). Em parte, isso se explica devido à faixa etária do público pesquisado, a maioria em idade escolar. Ainda na Ilha de Santana, cerca de 23,75% dos moradores são assalariados sem carteira assinada e 21,25% possuem carteira. Já a taxa de desemprego na comunidade foi mais alta (17,5%), bem como a de autônomo (12,5%).

No tópico renda familiar, elencamos quatro tipos básicos, tomando como base o salário mínimo atual, correspondente ao valor de R\$ 465. Classificamos a renda em até um salário mínimo; de um a dois salários; de dois a quatro salários; e acima de quatro salários.

Em Coqueiral, 42,5% dos entrevistados têm renda familiar de dois a quatro salários mínimos; 22,5%, de um a dois salários; 17,5%, acima de quatro; e 7,5% até um salário mínimo.

Ainda no bairro estudado, 10% dos moradores não souberam e não responderam à pergunta. Já na Ilha de Santana, o maior índice encontrado foi de pessoas com renda familiar de um a dois salários mínimos (40%). O percentual de moradores que responderam até um salário foi 30%, bem mais alto se comparado ao bairro de Coqueiral. Inversamente, o número de pessoas na Ilha de Santana com renda de dois a quatro salários foi exatamente a metade do que na outra localidade pesquisada: 21,25%. Também baixo foi o índice de quem recebe acima de quatro salários, apenas 5% dos moradores. Não souberam e não responderam somaram 3,75%.

Já na variável educação, foram fornecidas como opções de respostas: analfabeto/assina o nome; 1ª a 4ª série incompleta; 1ª a 4ª série completa; 5ª a 8ª incompleta; 5ª a 8ª completa; 2º grau incompleto; 2º grau completo; superior incompleto, superior completo; e pós-graduação (especialização/mestrado/doutorado).

No bairro de Coqueiral, 32,5% dos entrevistados disseram ter cursado de 5ª a 8ª completa; 20%, 5ª a 8ª incompleta; e 15%, 1ª a 4ª série completa. O número de moradores que fizeram o 2º grau, somando completo e incompleto, foi de 12,5%. Já de curso superior

(completo e incompleto) e pós-graduação foi de 15%. O percentual mais baixo encontrado na localidade foi de pessoas que responderam de 1ª a 4ª série incompleta: 5%. Na Ilha de Santana, os índices de escolaridade mais presentes foram: 35%, de 5ª a 8ª incompleta; 26,25%, de 5ª a 8ª completa; 15%, de 1ª a 4ª série completa; e 11,25%, 1ª a 4ª série incompleta. O número de pessoas com 2º grau, somando completo e incompleto, e curso superior (completo e incompleto) foi menor do que em Coqueiral: 6,25% e 3,75%, respectivamente. Vale ainda salientar que, enquanto na primeira área pesquisada nenhum dos entrevistados assinalou a opção analfabeta, na segunda área o mesmo índice foi de 2,5%. Na situação oposta, enquanto na Ilha de Santana nenhum dos entrevistados assinalou a opção pós-graduação, em Coqueiral a taxa foi de 2,5%.

E prosseguindo, passaremos aos dados mais direcionados para o capital social.

Quanto ao tempo de moradia temos os resultados:

TABELA 5 – Tempo de Moradia por Comunidade

| | Menos de 1 ano | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | De 5 a 10 anos | Mais de 10 anos | Total |
|----------------------------|---------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|----------------------------|---------------------------|
| Bairro de Coqueiral | 3 2,5% | 3 2,5% | 12 10,0% | 18 15,0% | 84 70,0% | 120 100% |
| Ilha de Santana | 2 2,5% | 3 3,75% | 10 12,5% | 12 15% | 53 66,25% | 80 100% |
| Total | 5 2,5% | 6 3,0% | 22 11,0% | 30 15,0% | 137 68,5% | 200 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

A maioria dos moradores (cerca de 70%) de Coqueiral - bairro que teve seu processo de ocupação iniciado na década de 40 - está vivendo no local há mais de 10 anos. A baixa rotatividade também foi percebida na comunidade da Ilha de Santana, ocupada na década de 70, embora o índice de moradores que vivem há mais de 10 anos no local seja um pouco menor: 66,25%.

O comportamento quanto ao tempo de moradia entre as duas áreas pesquisadas também é parecido no que diz respeito aos entrevistados que responderam menos de 1 ano.

Em Coqueiral, o índice foi de 2,5%. Taxa igual registrada na Ilha de Santana (2,5%). Os dados se distanciam mais quando a resposta é de 3 a 5 anos. Cerca de 10% dos moradores em Coqueiral residem no local entre 3 a 5 anos, enquanto que na Ilha de Santana esse índice sobe para 12,5% - talvez relacionado à última onde de ocupação registrada na comunidade no início da década atual.

Quanto ao tipo de moradia temos a seguinte distribuição:

TABELA 6 – Tipo de Moradia por Comunidade

| | Própria | Alugada | Emprestada | Total |
|----------------------------|----------------|----------------|-------------------|--------------|
| Bairro de Coqueiral | 87 | 24 | 9 | 120 |
| | 72,5% | 20,0% | 7,5% | 100% |
| Ilha de Santana | 64 | 12 | 4 | 80 |
| | 80,0% | 15,0% | 5,0% | 100% |
| Total | 152 | 37 | 11 | 200 |
| | 76% | 18,5% | 5,5% | 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

No bairro de Coqueiral, 72,5% dos moradores entrevistados são proprietários dos imóveis onde residem atualmente; 20% moram de aluguel e 7,5% tem a casa cedida. Na Ilha de Santana, 80% são proprietários das casas onde moram, enquanto que 15% alugam e 5% vivem em imóveis emprestados. O fato de a maioria dos moradores nas duas localidades morarem em residências próprias, indica, de certa maneira, uma tendência da população a permanecer nessas comunidades, o que implicará que seus descendentes usufruam também das condições estruturais e socioeconômicas destas áreas. Esse perfil confirma-se com os dados da tabela anterior quando verificamos que a grande maioria reside a mais de 10 anos em ambas.

Sobre a composição familiar nas áreas pesquisadas, as taxas são similares:

TABELA 7 – Estado Civil por Comunidade

| | Casado (a) | Solteiro (a) | Separado (a) Divorciado (a) | Viúvo(a) | Outro | Total |
|----------------------------|-----------------------|-------------------------|--|-----------------|--------------|---------------------------|
| Bairro de Coqueiral | 18 15,0% | 87 72,5% | 6 5,0% | 3 2,5% | 6 5,0% | 120 100% |
| Ilha de Santana | 10 12,5% | 57 71,25% | 7 8,75% | 1 1,25% | 5 6,25% | 80 100% |
| Total | 27 13,5% | 145 72,5% | 12 6,0% | 4 2,0% | 12 6,0% | 200 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Devido, provavelmente, à faixa etária do público alvo da presente pesquisa, foi observado um número elevado de solteiros em relação ao de casados tanto no bairro de Coqueiral quanto na Ilha de Santana. Na primeira área estudada, a taxa de solteiros foi de 72,5%, enquanto a de casados foi de 15%. Já na segunda área, o índice de solteiros foi de 71,25% e o de casados, 12,5%. Vale ressaltar que o percentual de solteiros/divorciados é maior na Ilha de Santana do que em Coqueiral: 8,75% contra 5%. A taxa de entrevistados que responderam o estado civil como outros foi parecida em ambos os locais: em Coqueiral 5% e na Ilha de Santana, 6,25%. Entendam-se como outros aqueles que moram juntos na mesma casa sem ter formalizado a união em cartório e/ou na igreja ou instituição religiosa. Embora em menor percentual, é relevante destacar para o número de viúvo(a), sobretudo quando relembremos a faixa etária pesquisada.

Da presença de filhos, foram registrados os seguintes dados:

TABELA 8 – A Presença de Filhos por Comunidade

| | Sim | Não | Total |
|----------------------------|--------------|--------------|---------------------------|
| Bairro de Coqueiral | 33 27,5% | 87 72,5% | 120 100% |
| Ilha de Santana | 29 36,25% | 51 63,75% | 80 100% |
| Total | 62 31,0% | 138 69,0% | 200 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Como era de se esperar devido ao maior número de solteiros e à faixa etária da pesquisa, o número de entrevistados com filhos também foi menor tanto no bairro de Coqueiral quanto na Ilha de Santana – esta localidade apresentou um percentual maior de filhos do que aquela. Na primeira, 72,5% não têm filhos, enquanto 27,5% têm. Já na segunda, 63,75% disseram não ter filhos e 36,25%, têm. Os índices, no entanto, ainda parecem altos, principalmente se considerarmos a idade dos entrevistados.

5.3.2 - Dados sobre capital social

Após breve análise demográfica das áreas estudadas, explanaremos o material coletado sobre o tema capital social. Nesta abordagem, os entrevistados responderam a questões comportamentais, como confiança e relação com os vizinhos, conduta cívica e comportamento diante da violência. Para a obtenção dos dados, o questionário aplicado procurou revelar o comportamento dos moradores através de situações do cotidiano, como mostram as tabelas a seguir:

TABELA 9 – Você confia nas pessoas que moram na vizinhança?

| | Sim Muito | Não | Sim | Confio Pouco | Total |
|----------------------------|----------------------|--------------|--------------|-------------------------|---------------------------|
| Bairro de Coqueiral | 9 7,5% | 30 25,0% | 60 50,0% | 21 17,5% | 120 100% |
| Ilha de Santana | 12 15,9% | 33 41,25% | 27 33,75% | 8 10% | 80 100% |
| Total | 21 10,5% | 63 31,5% | 87 43,5% | 29 14,5% | 200 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

A distribuição dos dados quanto à credibilidade nos vizinhos mostra que há uma diferença representativa em relação ao sentimento de confiança dos moradores entrevistados no bairro de Coqueiral e na comunidade da Ilha de Santana. O índice de confiança na primeira localidade é maior do que na segunda. Em Coqueiral, 50% das pessoas responderam sim e 7,5%, sim, muito, totalizando 57,5% de confiabilidade na vizinhança. Já na Ilha de Santana, o percentual total de credibilidade foi de 49,65%, sendo 33,75% para a resposta sim e 15,9% para sim, muito.

TABELA 10 – Como você se sente ao caminhar pelas ruas do seu bairro à noite?

| | Muito Seguro | Inseguro | Seguro | Pouco Seguro | Total |
|----------------------------|---------------------|-----------------|---------------|---------------------|---------------------------|
| Bairro de Coqueiral | 3 2,5% | 30 25,0% | 42 35,0% | 45 37,5% | 120 100% |
| Ilha de Santana | 1 1,25% | 42 52,5% | 15 18,75% | 22 27,5% | 80 100% |
| Total | 4 2,0% | 72 36,0% | 57 28,5% | 67 33,5% | 200 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Nesta tabela, a indagação realizada foi sobre a sensação de segurança ou insegurança que as pessoas das duas áreas pesquisadas possuem sobre o local onde moram. O comportamento dos moradores é distinto. Em Coqueiral, 37,5% se sentem seguros ou muito seguros no seu bairro, enquanto 37,5% acreditam ser o lugar pouco seguro e 25%, inseguro. Na Ilha de Santana, o sentimento de insegurança é bem maior. Cerca de 52,5% dos entrevistados se sentem inseguros na comunidade e 27,5%, pouco seguros; apenas 1,25% respondeu muito seguro e 18,75%, seguro.

TABELA 11 – Você emprestaria dinheiro para algum vizinho?

| | Sim | Não | Talvez | N/S | Total |
|----------------------------|-------------|-------------|---------------|------------|---------------------------|
| Bairro de Coqueiral | 57 47,5% | 48 40,0% | 15 12,5% | | 120 100% |
| Ilha de Santana | 38 47,5% | 10 12,5% | 30 37,5% | 2 2,5% | 80 100% |
| Total | 95 47,5% | 58 29,0% | 45 22,5% | 2 1,0% | 200 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Para medir a credibilidade nos vizinhos, utilizamos uma situação considerada um importante indicador de confiança: o empréstimo de dinheiro. O índice de pessoas que responderam sim nas duas localidades é o mesmo: 47,5%. No bairro de Coqueiral, no entanto, 40% dos moradores disseram que não emprestariam e 12,5% analisariam a situação do vizinho para tomar uma decisão. Já na Ilha de Santana, o percentual de negação foi menor do

que na outra área pesquisada. Ao todo, 12,5% dos entrevistados não emprestariam dinheiro na vizinhança. Em contrapartida, 37,5% responderam que talvez fizessem o empréstimo, demonstrando dúvida ou ponderação. Alguns moradores, por exemplo, citaram que emprestariam o dinheiro só para algumas pessoas da comunidade enquanto outros disseram que avaliariam o grau de necessidade do vizinho.

TABELA 12 – Se a água do seu vizinho acabar, você deixaria ele tomar banho no seu banheiro?

| | Sim | Não | Talvez | Total |
|----------------------------|------------|------------|---------------|--------------|
| Bairro de Coqueiral | 66 | 33 | 21 | 120 |
| | 55,0% | 27,5% | 17,5% | 100% |
| Ilha de Santana | 57 | 17 | 6 | 80 |
| | 71,25% | 21,25% | 7,5% | 100% |
| Total | 123 | 50 | 27 | 200 |
| | 61,5% | 25% | 13,5% | 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Quando indagamos os entrevistados se eles permitiriam um vizinho tomar banho na sua casa diante de uma necessidade (a falta de água), o sentimento de solidariedade foi maior nas duas áreas pesquisadas, embora os entrevistados da Ilha de Santana se revelaram mais receptivos: 71,25% responderam sim enquanto que em Coqueiral o índice foi de 55%.

TABELA 13 – Você costuma conversar com seus vizinhos?

| | Sempre | Às vezes | Raramente | Nunca | Total |
|----------------------------|---------------|-----------------|------------------|--------------|--------------|
| Bairro de Coqueiral | 48 | 51 | 18 | 3 | 120 |
| | 40% | 42,5% | 15,0% | 2,5% | 100% |
| Ilha de Santana | 42 | 28 | 8 | 2 | 80 |
| | 52,5% | 35,0% | 10% | 2,5% | 100% |
| Total | 90 | 79 | 26 | 5 | 200 |
| | 45,0% | 39,5% | 13,0% | 2,5% | 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Na análise das redes de sociabilidade, constatamos que 40% dos moradores de Coqueiral sempre conversam com os vizinhos, enquanto que na Ilha de Santana o mesmo

índice chega a 52,5%; o número de pessoas que respondeu que às vezes conversam com vizinhos corresponde a 42,5% em Coqueiral e 35% na Ilha de Santana. O percentual de entrevistados que raramente ou nunca conversam com seus vizinhos é próximo nas duas localidades: 17,5% em Coqueiral e 12,5% na Ilha de Santana.

TABELA 14 – Como são as relações entre os vizinhos de seu bairro?

| | Muito boas | Boas | Regulares | Ruins | Péssimas | N/S | Total |
|----------------------------|---------------|-------------|-------------|------------|-----------|-----|---------------------------|
| Bairro de Coqueiral | 9 7,5% | 36 30,0% | 60 50,0% | 9 7,5% | 6 5,0% | | 120 100% |
| Ilha de Santana | 22 27,5% | 44 55,0% | 7 8,75% | 5 6,25% | 2 2,5% | | 80 100% |
| Total | 31 15,5% | 80 40,0% | 67 33,5% | 14 7,0% | 8 4,0% | | 200 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Neste tópico procuramos mostrar como as pessoas avaliam as relações entre os vizinhos no local onde moram. As percepções nas duas áreas pesquisadas são bem diferentes. Enquanto que em Coqueiral 7,5% dos entrevistados responderam muito boas e 30% boas, a mesma taxa na Ilha de Santana foi de 27,5% e 55%, respectivamente. O índice maior na primeira localidade foi no número de moradores que acreditam serem regulares as relações na vizinhança: 50%. Na Ilha de Santana a mesma resposta obteve 8,75%. Por outro lado, 12,5% dos moradores do bairro de Coqueiral acham as relações entre os vizinhos ruins ou péssimas, contra 8,75% dos respondentes da comunidade da Ilha de Santana.

TABELA 15 – Você participa de alguma organização ou clube local, como por exemplo associação de moradores, igreja, time de futebol, etc.?

| | Sim | Não | Total |
|----------------------------|------------|------------|--------------|
| Bairro de Coqueiral | 27 | 93 | 120 |
| | 22,5% | 77,5% | 100% |
| Ilha de Santana | 58 | 22 | 80 |
| | 72,5% | 27,5% | 100% |
| Total | 85 | 115 | 200 |
| | 42,5% | 57,5% | 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Os dados destacados nesta tabela demonstram um comportamento distinto entre as duas áreas estudadas. Na Ilha de Santana, 72,5% dos moradores entrevistados disseram que participam de alguma organização ou associação na comunidade, seja ela local ou não. O alto percentual é compreendido quando de acordo com os relatos durante a aplicação dos questionários, foi informado que muitos dos jovens participam de atividades em instituições evangélicas na localidade ou próximas a ela. De fato é perceptível uma quantidade considerável dessas instituições. Já em Coqueiral, apenas 22,5% dos respondentes estão inseridos em alguma associação ou organização no bairro.

O tópico também é abordado na tabela a seguir:

TABELA 16 – Você costuma participar das reuniões da associação comunitária de seu bairro/comunidade?

| | Frequentemente | Algumas Vezes | Raramente | Nunca participo | Total |
|----------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------|----------------------------|--------------|
| Bairro de Coqueiral | 3 | 3 | 45 | 69 | 120 |
| | 2,5% | 2,5% | 37,5% | 57,5% | 100% |
| Ilha de Santana | 2 | 5 | 42 | 31 | 80 |
| | 2,5% | 6,25% | 52,5% | 38,75% | 100% |
| Total | 5 | 8 | 87 | 100 | 200 |
| | 2,5% | 4% | 43,5% | 50,0% | 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Este tópico que questiona a frequência de participação dos moradores entrevistados nas reuniões da associação comunitária, nas áreas pesquisadas, apresentou um grande percentual de entrevistados que participam raramente ou nunca participaram dos encontros. No bairro de Coqueiral o índice é de cerca de 95%, enquanto que na Ilha de Santana é de 91,25%. A falta de participação pode estar associada ao baixo nível de integração dos jovens com as problemáticas pertinentes ao bairro ou à comunidade onde residem.

Ainda sobre a análise do comportamento cívico, temos mais duas tabelas:

TABELA 17 – Nos últimos três anos você participou de algum projeto social no seu bairro/comunidade?

| | Sim | Não | Total |
|----------------------------|------------|------------|--------------|
| Bairro de Coqueiral | 33 | 87 | 120 |
| | 27,5% | 72,5% | 100% |
| Ilha de Santana | 27 | 53 | 80 |
| | 33,75% | 66,25% | 100% |
| Total | 60 | 140 | 200 |
| | 30,0% | 70,0% | 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Também é possível observar um comportamento semelhante entre as duas localidades. Tanto o bairro de Coqueiral quanto a Ilha de Santana apresentaram índices baixos de participação social. No primeiro, apenas 27,5% dos entrevistados responderam que participaram de algum projeto nos últimos três anos e, no segundo, 33,75%.

TABELA 18 – Em algum momento você participou de algum projeto social para melhorar a sua vizinhança?

| | Sim | Não | Total |
|----------------------------|------------|------------|--------------|
| Bairro de Coqueiral | 42 | 78 | 120 |
| | 35,0% | 65,0% | 100% |
| Ilha de Santana | 33 | 47 | 80 |
| | 41,25% | 58,75% | 100% |
| Total | 75 | 125 | 200 |
| | 37,5% | 62,5% | 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Quando indagados sobre a participação em projetos sociais em algum momento da vida, os entrevistados de Coqueiral e Ilha de Santana apresentaram um grau maior de participação social se comparado aos dados da tabela anterior: 35% e 41,45%, respectivamente. O aumento percentual na comparação dos dados foi praticamente o mesmo nas duas comunidades. Sobre o comportamento dos moradores diante da violência no bairro/comunidade, foram registrados os seguintes dados:

TABELA 19 – Se você presenciar um crime acontecendo na sua vizinhança você chama a polícia?

| | Sim | Não | Talvez | N/S | N/R | Total |
|----------------------------|------------|------------|---------------|------------|------------|--------------|
| Bairro de Coqueiral | 48 | 57 | 9 | | 6 | 120 |
| | 40,0% | 47,5% | 7,5% | | 5,0% | 100% |
| Ilha de Santana | 3 | 63 | 8 | | 6 | 80 |
| | 3,75% | 78,75% | 10,0% | | 7,5% | 100% |
| Total | 51 | 120 | 17 | | 12 | 200 |
| | 25,5% | 60,0% | 8,5% | | 6,0% | 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Na análise da tabela acima é possível identificar um comportamento distinto entre as áreas estudadas no que diz respeito à postura dos moradores quando eles presenciam um crime no bairro/ comunidade. Destaque para o percentual de pessoas na Ilha de Santana que não chamariam a polícia na situação citada: 78,75%. Segundo os entrevistados da comunidade de Olinda, o sentimento de medo, de manter o anonimato no local é o principal motivo,

mesmo com a existência de serviços como o Disque Denúncia. Em Coqueiral ocorreu um equilíbrio entre os que chamam (40%) e os que não acionam a polícia (47,5%). Ainda é importante ressaltar o índice de pessoas que preferiram não responder este questionamento: 5% em Coqueiral e 7,5% na Ilha de Santana. Talvez essa resposta tenha como fim a isenção ou ainda o descrédito no poder público e na atuação da polícia, conforme relato de alguns moradores.

TABELA 20 – Alguma vez você já ligou para a polícia para denunciar algum crime?

| | Sim | Não | N/R | Total |
|----------------------------|------------|------------|------------|--------------|
| Bairro de Coqueiral | 3 | 111 | 6 | 120 |
| | 2,5% | 92,5% | 5% | 100% |
| Ilha de Santana | 7 | 61 | 12 | 80 |
| | 8,75% | 76,25% | 15% | 100% |
| Total | 10 | 172 | 18 | 200 |
| | 5,0% | 86% | 9,0% | 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Em comparação com a tabela anterior, os entrevistados de Coqueiral e Ilha de Santana apresentaram comportamentos distintos. Na primeira localidade, o percentual de pessoas que já ligou alguma vez para a polícia para denunciar um crime foi de 32,5%, índice menor do que na tabela 15, que abordou uma pergunta mais subjetiva e intencional. Já na Ilha de Santana, a leitura dos dados nos permite dizer que, contraditoriamente, houve um aumento da atitude real diante do crime por parte dos moradores: 8,75%. O índice, no entanto, ainda é baixo e menor do que em Coqueiral. Segundo relatos de algumas pessoas que responderam sim a este questionamento na Ilha de Santana, a denúncia só foi realizada na forma de anonimato, através de serviços como o Disque-Denúncia, realizado pela organização não-governamental Movimento Pernambuco contra o Crime. Outra possibilidade para a justificativa desse índice, como nos foi relatado durante as entrevistas, está na acessibilidade a linhas telefônicas que ofereçam segurança para a realização dessa ação. Muitos não se sentem seguros em utilizar telefones públicos para esse fim.

TABELA 21 – Os crimes que aconteceram em seu bairro foram cometidos por pessoas da sua própria vizinhança?

| | Sim | Não | Às vezes sim Às vezes não | N/S | N/R | Total |
|----------------------------|-------------|-------------|--|------------|------------|---------------------------|
| Bairro de Coqueiral | 33 27,5% | 69 57,5% | 9 7,5% | 3 2,5% | 6 5,0% | 120 100% |
| Ilha de Santana | 38 47,5% | 26 32,5% | 3 3,75% | 8 10,0% | 5 6,25% | 80 100% |
| Total | 71 35,5% | 95 47,5% | 12 6,0% | 11 5,5% | 11 5,5% | 200 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Se a abordagem é criminalidade, a postura dos moradores é mais evasiva na hora de responder as perguntas, principalmente quando o tráfico de drogas é uma realidade no local. Acredita-se na forte influência da “lei do silêncio”, principalmente, na Ilha de Santana, onde o percentual dos entrevistados que disseram não saber ou não responderam foi maior do que o dobro se comparado com os dados fornecidos em Coqueiral: 16,25% e 7,5%, respectivamente.

Destaque para o alto percentual de pessoas no bairro de Coqueiral que disseram não acreditar que os autores do crime são da própria vizinhança (57,5%), contra 32,5% na Ilha de Santana. Além do medo já citado, acredita-se, segundo relatos de policiais, que a maior parte dos crimes que ocorrem no bairro recifense pesquisado, esteja relacionada a delinquentes de comunidades adjacentes. Coqueiral é circundado por comunidades conhecidas pela violência como Pacheco, Cavaleiro e Totó. Neste último caso, observamos uma questão de grande interesse. Percebemos que por mais que exista uma base de capital social em uma comunidade, não é possível desconsiderar a influência das áreas circunvizinhas no contexto local.

Apesar da relutância de alguns moradores, acreditamos que as informações fornecidas pelos entrevistados não foram totalmente deturpadas em razão do receio da população de falar sobre esse tema, uma vez que parte dos questionários foi aplicado por moradores da própria comunidade, devidamente orientados.

TABELA 22 – Algum parente ou vizinho já morreu vítima de violência no seu bairro/comunidade?

| | Sim | Não | Total |
|----------------------------|------------|------------|--------------|
| Bairro de Coqueiral | 78 | 42 | 120 |
| | 65,0% | 35,0% | 100% |
| Ilha de Santana | 56 | 24 | 80 |
| | 70,0% | 30% | 100% |
| Total | 134 | 66 | 200 |
| | 67,0% | 33,0% | 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Este é um dos tópicos mais representativos da pesquisa, uma vez que demonstra a proximidade da violência no cotidiano das pessoas entrevistadas tanto em Coqueiral quanto na Ilha de Santana. Na primeira localidade, cerca de 65% dos moradores responderam que algum parente ou vizinho já morreu vítima de violência no bairro. O índice é ainda mais alto na segunda área estudada: 70%. Durante as entrevistas, alguns complementaram as respostas revelando que, em geral, as mortes se dão por causa dos conflitos em decorrência do tráfico de drogas. E, as vítimas, em sua maioria, são jovens. Não podemos deixar de refletir e especular a cerca do impacto dessas perdas para as relações de convivência nessas comunidades, uma vez que muitos dos que perderam parentes tem conhecimentos de quem foram os algozes, o que nos leva a crer no desenvolvimento de uma atmosfera de vingança constantemente alimentada por essas circunstâncias.

TABELA 23 – Você paga por algum serviço terceirizado para garantir a segurança no seu bairro?

| | Sim | Não | Total |
|----------------------------|------------|------------|--------------|
| Bairro de Coqueiral | 87 | 33 | 120 |
| | 72,5% | 27,5% | 100% |
| Ilha de Santana | 23 | 57 | 80 |
| | 28,75% | 71,25% | 100% |
| Total | 110 | 90 | 200 |
| | 55,0% | 45,9% | 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

Nesta tabela há uma grande diferença entre os dados coletados nas duas áreas. Em Coqueiral, 72,5% dos moradores entrevistados confirmaram que pagam por algum serviço terceirizado para garantir a segurança no seu bairro. Já na Ilha de Santana, onde de acordo com a tabela anterior a violência se faz mais presente na vida das pessoas, a realidade foi exatamente oposta. Apenas 28,75% pagam. Alguns argumentos alegados pela população da Ilha de Santana para tentar justificar o fato de não pagarem por segurança “extra”, como alguns se referiram à segurança privada, foram a falta de dinheiro, sem deixar de considerar a possível influência de milícias armadas e dos mandantes do tráfico na área, além da desconfiança da população em relação à atuação da polícia.

Em Coqueiral, percebemos através do depoimento dos moradores que o pagamento por segurança destina-se sobretudo a figura do “guarda do apito”, em que muitos dos entrevistados alegaram que dão uma quantia que varia em média de R\$ 3 (três reais) por semana, pois têm a desconfiança de que se não contribuir podem ter suas residências roubadas ou até serem assaltados porque acreditam que o pessoal do apito pode ter alguma espécie de acordo com os marginais. Segundo os entrevistados, a presença desse tipo de serviço informal não garante muita segurança; afirmam inclusive a possibilidade de alguns fazerem o papel de “olheiros” para os marginais. Tendo em vista que vez por outra existem ocorrências de furtos e outros delitos no local. Conclui-se portanto que esse tipo de segurança atua na grande maioria dos casos por meio da coação.

TABELA 24 – Para você, qual é a principal causa da violência em seu bairro?

| | Drogas | Álcool | Desemprego | Pobreza | Falta de estudo | N/S | Total |
|----------------------------|---------------|---------------|-------------------|----------------|------------------------|------------|--------------|
| Bairro de Coqueiral | 69 | 24 | 12 | 9 | 6 | | 120 |
| | 57,5% | 20,0% | 10,0% | 7,5% | 5,0% | | 100% |
| Ilha de Santana | 48 | 17 | 8 | 2 | 5 | | 80 |
| | 60,0% | 21,25% | 10,0% | 2,5% | 6,25% | | 100% |
| Total | 117 | 41 | 20 | 11 | 11 | | 200 |
| | 58,5% | 20,5% | 10,0% | 5,5% | 5,5% | | 100% |

Fonte: Pesquisa Capital Social/2009

A maioria dos entrevistados das duas áreas pesquisadas apontou as drogas como a principal causa da violência no seu bairro/comunidade. Em Coqueiral, cerca de 57,5% respondeu drogas; 20% álcool; 10% desemprego; 7,5% pobreza; e 5%, falta de estudo. Já na Ilha de Santana, onde a atuação do tráfico é crônica, de acordo com depoimentos de policiais, as drogas foram mais citadas por 60% das pessoas, seguidas do álcool (20%), desemprego (10%), falta de estudo (6,25%) e pobreza (2,5%). Vale destacar também a percepção dos moradores com relação à influência do álcool na criminalidade, que foi o segundo índice mais votado nas duas localidades. A taxa de pessoas que responderam desemprego também foi igual em ambas: 10%.

Um dado que nos chama bastante atenção é o baixo índice de associação da violência com a pobreza e o grau de instrução. De acordo com o observado a percepção da violência pelos moradores é maior em suas consequências mais evidentes, como as drogas e o álcool, não com os fatores que no entanto poderiam minimizar os índices como a pobreza e a falta de estudos. Não que a inexistência destes dois últimos fatores implicaria na ausência de violência, mas como é constatado em diversos estudos, existe uma relação direta entre os indicadores. Haja vista que o baixo grau de instrução e condição socioeconômica aparece como perfil recorrente nas vítimas por homicídios em diversas cidades do Brasil.

Acreditamos que as tendências encontradas nas informações coletadas apresentam certo nível de relevância e podem servir de parâmetro para a realização de estudos mais aprofundados. Permitindo a reflexão e a elaboração de políticas públicas mais adequadas para a problemática levantada. Contudo, é importante destacar que ainda estamos em um estágio inicial em relação ao estudo da violência em nosso Estado, se comparar com outros centros como Minas Gerais, Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo. Observou-se durante a pesquisa uma deficiência tanto quantitativa como qualitativa de acessibilidade, no que se refere a dados mais específicos sobre a violência. Entendem-se como específicos, algo mais focado ao âmbito micro espacial, como bairros e domicílios.

Equipar a polícia com um aparato belicoso de última geração não é garantia de vitória sobre a criminalidade, tomando-se como suporte, por exemplo, o caso concreto da cidade de Bogotá, na Colômbia. Ainda em processo de construção, as reflexões acerca do tema capital social vêm contribuindo como eixo norteador de inúmeras políticas públicas em diversos países no Mundo, associando intervenções de resgate da cidadania e fortalecimento do

estoque de capital social com ações político-administrativas na composição e organização da máquina administrativa do Estado, sobretudo no setor de segurança pública.

Adiante, teceremos nossas impressões e considerações finais sobre a pesquisa, lembrando que a temática está longe de ser esgotada.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES

Entender e encarar a sociedade como um bem que necessita ser mantido e conservado por todos que a compõem, fortalecendo a capacidade associativa e de confiança mútua entre os diversos atores, tem sido um dos maiores desafios para as ciências humanas. Esta ideia se reforça, sobretudo, quando inserimos neste bojo, os efeitos impactantes do fator violência sobre a população, que abrange, mesmo que de maneira diferente, todos os seus níveis sócio-espaciais.

O ser humano, assim como as relações sociais ao qual ele pertence, dentro de um contexto individual ou coletivo, como enfatiza Durston (2000), engendra o eixo central do capital social. Logo, a sua discussão passa a ser alvo também das demais ciências, sobretudo da geografia, haja vista que as relações sociais projetadas no espaço podem determinar territórios que se articularão em diversas possibilidades de territorialidades, sejam elas de baixa ou de alta definição, como no caso das disputas entre os pontos de comando pelo tráfico de drogas em seus territórios-enclave, as favelas, sendo este um dos nós da rede de situações que compõem o quadro de disseminação da violência urbana.

Neste sentido, uma das abordagens do capital social é combater o individualismo e a perda do senso de pertencimento que provoca a erosão das bases de convivência coletiva, como afirma Putnam (2000a). A violência epidêmica nos grandes centros urbanos não afeta apenas os envolvidos diretamente, mas também a capacidade regenerativa e transformadora de uma sociedade inteira, principalmente pelo abandono e morte de seus jovens e de uma revitalização no que se refere ao desenvolvimento de predisposições positivas em relação às instituições e ao poder público.

No entanto, como destacamos nos capítulos anteriores, a nossa pesquisa teve como direcionamento central, buscar estabelecer uma relação entre a violência urbana e o capital social, considerando como áreas de estudo o bairro de Coqueiral, no Recife, e a comunidade Ilha de Santana, na cidade de Olinda - ambas marcadas constantemente por eventos violentos envolvendo jovens, sendo este o público alvo do trabalho.

A análise dos dados nos demonstrou que não foi possível indicar em quais das áreas pesquisadas encontrou-se um maior nível de capital social, uma vez que diante dos 4 indicadores utilizados houve a predominância do bairro de Coqueiral em dois deles e na Ilha de Santana nos outros dois. Contudo podemos afirmar que a distinção dos fatores em ambas está, de certa maneira, bastante relacionada com as características estruturais e socioeconômicas das localidades, o que propiciou a demanda de exigências distintas dos moradores diante dos indicadores utilizados.

Tomamos como base os seguintes indicadores:

1. *Confiança na vizinhança;*
2. *Confiabilidade no poder público,* em especial na polícia;
3. *Participação na comunidade e*
4. *Mobilização para realizar investimentos* na comunidade.

Nos indicadores 1 e 2, o bairro de Coqueiral demonstrou maior capital social se comparado com a Ilha de Santana. A conclusão obtida pode ser explicada no fato de que embora exista o envolvimento dos jovens do bairro com eventos ligados à violência, muitas das causas de tais ocorrências estão diretamente relacionadas com a influência de meliantes oriundos de comunidades circundantes, como os bairros do Totó e Cavaleiro, conhecidos pelos altos índices de violência. Isto nos leva a refletir que para a compreensão do capital social do bairro de Coqueiral é imprescindível considerar estas áreas.

Outro fator percebido está na constatação de que 70% da população reside há mais de 10 anos no local, somado ao fato de que o sítio passou a ser ocupado nos idos dos anos 40 e muitos dos moradores que iniciaram esse processo deixaram como herança aos seus descendentes a continuidade como moradores do bairro, sedimentando, desta maneira, uma maior confiabilidade na vizinhança. Podemos observar com este comportamento, a congregação de valores coletivos de capital social, dentre eles, as relações de confiança em um ambiente, como lembra vários teóricos deste assunto.

Quando passamos para a confiabilidade no poder público, sendo esta observada nos itens que indagavam comunicar à polícia em caso de presenciar ou denunciar um crime, verificamos também um maior nível de confiança no bairro de Coqueiral, em relação à Ilha de

Santana. A privacidade residencial e o maior acesso aos meios de comunicação, permitidos pelo maior poder aquisitivo da população, bem como a infra-estrutura local quando comparada com a comunidade de Olinda, podem ser listados como fatores que permitem aos moradores recorrer à polícia nos casos citados, sem se sentirem, portanto, expostos ou receosos. Contudo é importante destacar que esse nível de confiabilidade na polícia só é possível porque existe uma contrapartida pela parte solicitada, realizando rondas periódicas e abordagens na localidade, como nos foi relatado pelos entrevistados. Estabelecendo, de certa maneira, uma relação de reciprocidade e pró-atividade entre a comunidade e o poder público, caracterizando a presença de capital social nesta relação, como nos recorda Baquero e Cremonese (*In* CREMONESE, 2006). No entanto, cabe ressaltar, que esse comportamento não é suficiente para a erradicação de recorrentes roubos de veículos e assaltos a mão armada na comunidade.

Ao passarmos para os indicadores 3 e 4, observamos uma inversão nesses quesitos de capital social. A Ilha de Santana se sobressaiu, principalmente no item 4 – participação para realizar investimentos na comunidade. Acredita-se que a precariedade nas condições estruturais do local em relação ao acesso a serviços básicos como coleta de lixo e regularidade no abastecimento de água, bem como, saneamento básico, sobretudo esgotamento sanitário, seja um ponto de convergência para se desenvolver um sentimento de participação em iniciativas que tragam melhorias para comunidade. Caracterizando a presença de laços sociais, espírito comunitário e de certa maneira redes associativas.

Em relação ao item 3, que verificou a participação em ambientes coletivos, é importante destacar que este é analisado de duas maneiras. A primeira quando se evidenciava a participação em organizações diversas como em instituições religiosas, jogos de futebol e etc., evidenciando situações mais direcionadas para o lazer e ou encontros informais. E a segunda relacionava-se especificamente a participação nas reuniões das associações de moradores do bairro/comunidade, cujo objetivo dessas associações é discutir, acreditam-se, de maneira mais politizada e organizada os problemas da comunidade. No primeiro caso a participação foi maior do que no segundo, demonstrando, possivelmente, a influência do nível de instrução, escolaridade, ou mesmo o desgaste, digo, descrédito da população, em relação às promessas que na maioria dos casos permaneceram como tal.

Essa distinção evidenciada pelos dados amostrais entre as duas localidades, não nos permite afirmar que apenas o capital social seja suficiente para inibir a violência. Mas que devidamente aproveitado e canalizado, tornar-se-ia um aliado eficaz, na elaboração de ações coercitivas antiviolência. Por outro lado, o contrário pode ser admitido. O de que os altos níveis de violência podem inibir a produção e o desenvolvimento do capital social.

O último argumento pode ser reforçado quando observamos, de acordo com os dados coletados, os altos percentuais de citação das drogas e do álcool apontados pelos jovens entrevistados como as principais causas para a violência em ambas as comunidades. Com o aumento da violência, instalam-se a insegurança, a desconfiança, o medo e o descaso, que vai minando, aos poucos, a possibilidade de mudança e regeneração do tecido social.

E concluindo, reiteramos que, de acordo com os casos pesquisados, percebemos que as duas localidades constituem territórios com características distintas, o que sugere que estudos geográficos mais aprofundados devem ser fomentados, buscando explicitar as variantes de maior influência no processo de organização sócio-espacial. Identificamos também a necessidade de uma maior aproximação entre o Estado e as localidades, atuando como parceiros na promoção de ações que venham viabilizar a melhoria dos indicadores sociais, sobretudo, os de educação, tendo em vista o alto percentual de jovens com os estudos incompletos em ambas. Notamos que o poder público, em especial o de segurança, muitas vezes, se faz presente mediante ações rápidas e pontuais, sendo estas insuficientes para inibir e, muito menos, erradicar a presença contumaz da violência e dos corpos de suas vítimas, nessas e em outras comunidades pobres, de maioria negra, com baixos salários e baixo grau de instrução, que são arrebatadas tão precocemente da vida em família e da construção da sociedade.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *World Development Report 2000-2001*. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso em: 2008

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial – 1997: o estado em um mundo em transformação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GROOTAERT, C. et. al. **Questionário Integrado para medir Capital Social (QI-MCS)**. BANCO MUNDIAL. 2003.

BATITUCCI, E. C. & CRUZ, M. V. G. da. (Orgs). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 252 p.

BAQUERO, M. “Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira”. In: FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2002

_____ (Org.). **Reinventando a sociedade na América Latina; cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

_____ (Org.). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004a.

_____. Capital social como caminho alternativo na construção democrática. In: NAZZARI, R. K. (Org.). **Temas de ciência política**. Cascavel: Ed. Unioeste, 2004b

_____. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. In: **Revista de Sociologia Política**, n. 21, Nov. 2003.

_____. CREMONESE, D. (Orgs). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. 328 p.

BOISIER, Sergio. *Creación de capital sinérgico en el Maule*. In: DURSTON, John; MIRANDA, Francisca (Compiladores). **Capital social y políticas públicas en Chile: investigaciones recientes**. Santiago de Chile: Cepal/Eclac, 2001.p. 33-38. Volume I. (Serie Políticas Sociales, 55).

BOISIER, Sergio. *El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico*. In: **Estudios Sociales**, n. 99, Santiago de Chile, 1999.

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco CONDEPE/FIDEM. **Boletim Trimestral da Conjuntura Criminal em Pernambuco**. v.2 n.1 (2009)- Recife: Agência CONDEPE/FIDEM, 2008.

BORBA, Julian. Silva, Lillian Lenite da. Sociedade Civil ou capital social? Um Balanço Teórico. In: BAQUERO, Marcello. & CREMONESE, Djalma (Orgs). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 103–125.

_____. et. al. **Orçamento participativo: análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina**. Projeto de Pesquisa, Funcitec, 2003.

BOSCHI, R. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. In. **Revista Dados**, n. 4, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros**. Recife: Câmara Municipal do Recife, 1998. 166 p.

CLAVAL, Paul. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

COSTA, Maria A. N. **Samba e solidariedade: capital social e parcerias nas políticas sociais da Mangueira**. Rio de Janeiro, 2003.

DIAS JÚNIOR, Cláudio Santiago. **Capital social e violência: uma análise comparada em duas vilas de Belo Horizonte**. 2001. 98 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DURSTON, John. *Qué es el capital social comunitario?* In. **Série Políticas Sociales**. Santiago de Chile: Cepal/Eclac. N. 38 Jun. 2000.

_____. *Capital social: parte Del problema, parte de La solución, su papel em La persistência y em La superación de La pobreza em América Latina y El Caribe*. In: ATRIA, Raul et al. **Capital social y reducción de la pobreza em América Latina y el Caribe: en busca de um nuevo paradigma**. Santiago de Chile: Cepal/Universidad Del Estado de Michigan, enero de 2003. p. 147-202.

ÍNDICE DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA [IHA]. **Análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SPDCA/SEDH, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, o Observatório de Favelas e o Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ. 2009. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/IHA.pdf> Acesso em: 22/07/2009

KLIKSBERG, Bernardo. *El rol Del capital social y de la cultura em el proceso de desarrollo*. In: KLIKSBERG, B.; TOMASSINI, Luciano. **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2000. p. 19-58.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Análise da Distribuição dos Homicídios nas Regiões Metropolitanas – Recife**. Disponível em: http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/homicidios/estat_hom_recife.htm Acesso em: 26/01/2007.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, Sílvio Marcus De Souza (Org.). **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (MNDH) & GABINETE DE ASSESSORIA JURÍDICA ÀS ORGANIZAÇÕES POPULARES (GAJOP). **Mapa da**

violência na Região metropolitana do Recife - período 2000 a 2003. Disponível em: <http://www.gajop.org.br/bdados/bdados.htm> Acesso em: 26/01/2007.

PACTO PELA VIDA: Plano Estadual de Segurança Pública. Fórum Estadual de Segurança Pública. Recife, Pernambuco. 151p. maio de 2007.

PERALVA, Angelina. **Democracia e violência: o paradoxo brasileiro.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. **Relatório Nacional – violência por armas de fogo no Brasil.** São Paulo: USP, 2004.

PUTNAM, R. D. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community.* New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2000.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 2000a.

_____. *Solo em la bolera: colapso y resurgimiento de la comunidade norteamericana.* Barcelona: Galáxia Gutemberg, 2002

REIS, Bruno W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. In: **Revista de Sociologia & Política**, n. 21, 2003.

RENNÓ, L. “Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina”. In: **Revista Opinião Pública.** Campinas, v. VII, n. 1, p. 33-59, 2001.

_____. “Mensurando confiança interpessoal: notas acerca de um conceito multidimensional”. In: **Revista Dados**, v. 43, n. 4, 2000.

Sá, Alcindo José de. **O Brasil encarcerado - das prisões fora dos presídios às prisões internas aos presídios: uma geografia do medo.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005. 167 p.

Sapori, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 208p.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO(SDS-PE). **Relação diária de ocorrências de interesse policial com resultado morte**. 2006. Disponível em: <http://www.sds.pe.gov.br/> Acesso em: 22/01/2007.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008**. Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, 1ª Edição, 2008.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

ZAVERUCHA, Jorge. **Polícia Civil de Pernambuco: o desafio da reforma**. Recife: Universitária, 2003.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Capital social

Quest. Nº _____ Data: ____/____/2009

1- Ilha de Santana - Olinda

2- Bairro de Coqueiral - Recife

Filtro 1: Você mora neste bairro? Se sim continue, se não, agradeça e encerre a entrevista

Filtro 2: Você tem entre 15 e 24 anos? Se sim continue, se não, agradeça e encerre a entrevista

Variáveis Demográficas

Pergunta 1 - Sexo

1- Masculino

2- Feminino

Pergunta 2 - Qual é a sua idade? _____anos

Pergunta 3 - Faixa etária

1- 15 a 18 anos

2- 19 a 22 anos

3- 23 a 24 anos

88 - N/S

99 - N/R

Pergunta 4 - Qual é o seu estado civil?

- 1- Casado(a)
- 2- Solteiro(a)
- 3- Separado(a)/divorciado(a)
- 4- Viúvo(a)
- 5- Outro _____
- 88- N/S
- 99- N/R

Pergunta 5 - Você tem filhos?

- 1- Sim
- 2- Não

Pergunta 6 - (Se sim) Quantos? _____ (Se não, coloque o número zero)

Pergunta 7 - Você estudou até que ano da escola?

- 1- Analfabeto/assina o nome
- 2- 1ª a 4ª série incompleta
- 3- 1ª a 4ª série completa
- 4- 5ª a 8ª incompleta
- 5- 5ª a 8ª completa
- 6- 2º grau incompleto
- 7- 2º grau completo
- 8- Superior incompleto
- 9- Sup. Completo
- 10- Pós-graduação (especialização/mestrado/doutorado)
- 88- N/S
- 99- N/R

Pergunta 8 - Qual é a sua renda familiar? (salário mínimo R\$ 465,00)

- 1- Até 1 s/m
- 2- De 1 a 2 s/m
- 3- De 2 a 4 s/m
- 4- Acima de 4 s/m
- 88 – N/S
- 99 - N/R

Pergunta 9 - Qual é a sua ocupação?

- 1- Assalariado com carteira assinada
- 2- Assalariado sem carteira assinada
- 3- Autônomo
- 4- Autônomo paga ISS
- 5- Profissional liberal
- 6- Estudante apenas
- 7- Aposentado/pensionista
- 8- Desempregado
- 88-N/S
- 99- N/R

Pergunta 10 - Há quanto tempo você mora em seu bairro?

- 1- Menos de 1ano
- 2- De 1 a 3 anos
- 3- De 3 a 5 anos
- 4- De 5 a 10 anos
- 5- Mais de 10 anos
- 88- N/S

99- N/R

Pergunta 11 - A casa onde você mora é

1- Própria

2- Alugada

3- Emprestada

4- Outro_____

88- N/S

99- N/R

MEDIDAS DE CAPITAL SOCIAL

A- Sentimentos de credibilidade, pertencimento e confiança na vizinhança

Pergunta 12 - Você confia nas pessoas que moram na vizinhança?

1- Concordo muito

2- Concordo

3- Concordo pouco

4- Não concordo

88- N/S

99- N/R

Pergunta 13 - Como você se sente ao caminhar pelas ruas do seu bairro à noite?

1- Muito seguro

2- Seguro

3- Pouco seguro

4- Inseguro

88- N/S

99- N/R

Pergunta 14 - Você acha que sua vizinhança pode ser classificada como um lugar seguro?

- 1- Sim
- 2- Não
- 3- Mais ou menos
- 88-N/S
- 99-N/R

Pergunta 15 - Você emprestaria dinheiro para algum vizinho?

- 1- Sim
- 2- Não
- 3- Talvez
- 88- N/S
- 99- N/R

Pergunta 16 - Se a água de seu vizinho acabar e ele precisar de tomar um banho você deixaria ele usar seu banheiro?

- 1- Sim
- 2- Não
- 3- Talvez
- 88- N/S
- 99- N/R

B- Conexões com a vizinhança

Pergunta 17 - Você costuma conversar com seus vizinhos?

- 1- Sempre
- 2- Às vezes
- 3- Raramente

4- Nunca

88- N/S

99-N/R

Pergunta 18 - Como são as relações entre os vizinhos de seu bairro?

1- Muito boas

2- Boas

3- Regulares

4- Ruins

5- Péssimas

88-N/S

99-N/R

C- Comportamento cívico

Pergunta 19 - Você participa de alguma organização ou clube local, como por exemplo, associação de moradores, igreja, time de futebol etc.?

1- Sim

2- Não

Pergunta 20 - Você costuma participar das reuniões da associação comunitária de seu bairro/comunidade?

1- Frequentemente

2- algumas vezes

3- Raramente

4- Nunca participo

88-N/S

99-N/R

Pergunta 21 - Nos últimos três anos você participou de algum projeto social no seu bairro/comunidade?

1- Sim

2- Não

88-N/S

99-N/R

Pergunta 22 - Em algum momento da sua vida você participou de algum projeto social para melhorar a sua vizinhança?

1- Sim

2- Não

88-N/S

99-N/R

D- Comportamento diante da violência e criminalidade

Pergunta 23 - Se você presenciar um crime acontecendo na sua vizinhança você chama a polícia?

1- Sim

2- Não

3- Talvez

88-N/S

99-N/R

Pergunta 24 - Alguma vez você já ligou para a polícia para denunciar algum crime?

1- Sim

2- Não

88-N/S

99-N/R

Pergunta 25 - Os crimes que aconteceram em seu bairro foram cometidos por pessoas da sua própria vizinhança?

1- Sim

2-Não

3- às vezes sim, às vezes não

88-N/S

99-N/R

Pergunta 26 - Algum parente ou vizinho já morreu vítima de violência no seu bairro/comunidade?

1- Sim

2- Não

88-N/S

99-N/R

Pergunta 27 - Você paga por algum serviço terceirizado para garantir a segurança no seu bairro?

1- Sim

2- Não

88-N/S

99-N/R

Pergunta 28 - Para você, qual é a principal causa da violência em seu bairro?

1- Drogas

2- Álcool

3- Desemprego

4- Pobreza

5- Falta de estudo

6- Distúrbio mental

7- Problemas conjugais

8- Outros _____

88- N/S

99- N/R